



**CINDY SANTOS
SOUSA**

**UMA ANÁLISE DO SETOR AGROALIMENTAR
PORTUGUÊS: ESTRUTURA EMPRESARIAL E
EXPORTAÇÕES**



**CINDY SANTOS
SOUSA**

**UMA ANÁLISE DO SETOR AGROALIMENTAR
PORTUGUÊS: ESTRUTURA EMPRESARIAL E
EXPORTAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia – Ramo Economia da Empresa, realizada sob a orientação científica da Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e co orientação científica da Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

“Rise up like the sun, and labor till the work is done.”

The Killers – Be Still

o júri

Presidente

Prof.^a Doutora Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha
Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da
Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Hélder Manuel Valente da Silva
Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Prof.^a Doutora Celeste Maria Dias de Amorim Varum
Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da
Universidade de Aveiro

agradecimentos

Pela elaboração da Dissertação:

Às minhas orientadoras, Professora Celeste Varum e Professora Mara Madaleno, pela disponibilidade, paciência e sugestões;

À cm, Sara Lopes, pelos sábados, pela automotivação partilhada e pelo espírito sereno;

À minha melhor amiga, Beatriz Marques, e ao meu namorado, Lino Lopes, por estarem comigo, efetivamente, em todas as circunstâncias:

À Beatriz, por todos os conselhos e reprimendas, por ser sempre o meu impulso progressista, o ponto de luz;

Ao Lino, pelo otimismo e por me fazer acreditar, pela tolerância, pelo abraço revigorante, e pelos momentos tão inspiradores.

Pelo percurso académico:

À Universidade de Aveiro, ao Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial e ao Curso de Economia, pelo campus fantástico, por sempre me ter feito sentir em casa, e pelas pessoas que tive o gosto de conhecer e conviver, em especial às minhas meninas Carla Correia, Sandra Carreira e Sofia Santos;

Aos meus pais, América Sousa e Albino Santos, por todos os esforços que têm feito em prol do meu bem-estar.

A todos vocês, a minha sincera gratidão.

palavras-chave

Comércio Internacional, Exportações, Setor Agroalimentar, Vantagens Comparativas, Portugal

resumo

Nesta dissertação analisa-se o setor agroalimentar português, destacando a sua estrutura e dinâmica empresarial, e os seus fluxos no comércio internacional, relevando as vantagens comparativas das exportações e importações de alguns dos produtos agroalimentares nacionais.

A análise descritiva dos dados evidencia que este setor é composto maioritariamente por pequenas e microempresas, mas são as médias e grandes empresas que mais contribuem para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) total do setor, representando 37% e 30%, respetivamente. A quota das exportações deste setor no comércio internacional de Portugal posiciona-se nos 10,83%, e nos 0,47% relativamente às exportações mundiais de produtos agroalimentares, sendo a Espanha o principal cliente e fornecedor.

Através do Índice de Balassa são reveladas vantagens comparativas na exportação de bebidas, tomate e azeite relativamente aos restantes produtos agroalimentares nacionais. Portugal é também um importador bastante forte de peixes, principalmente de peixes secos.

keywords

International Trade, Exports, Agri-food Sector, Comparative Advantage, Portugal

abstract

This dissertation intends to analyse the Portuguese agri-food sector highlighting their dynamic and business structure, and their flows in international trade, emphasizing the comparative advantages of exports and imports of some national agri-food products.

The descriptive analysis shows that this sector is mainly composed of small and micro enterprises, but are the medium and large enterprises that contribute the most to the total Gross Value Added (GVA), representing 37% and 30%, respectively. The share of exports in this sector in the international trade, for Portugal, ranks in 10,83% and in 0,47% for world exports of food products, with Spain as main customer and provider.

Through the Balassa index are revealed comparative advantages in the export of beverages, tomato and olive oil compared to other domestic products. Portugal is also a very strong importer of fish, mostly dried fish.

Índice

Lista de tabelas.....	ii
Lista de gráficos.....	ii
Lista de anexos	iii
Siglas e abreviaturas.....	iv
1. Introdução.....	1
2. Enquadramento.....	3
2.1. Indicadores de estrutura e da dinâmica empresarial	3
2.2. Comércio internacional	4
2.3. Questões de investigação.....	7
3. Análise empírica	9
3.1. Dados	9
3.2. Análise da estrutura e dinâmica empresarial	10
3.3. Análise do comércio internacional	17
3.3.1. Fluxos internacionais	17
3.3.2. Vantagens comparativas reveladas	28
3.4. Resultados	36
4. Conclusão	38
Referências bibliográficas	40
Anexos	44

Lista de tabelas

Tabela 1 Produtos agroalimentares por classificação NC a 2 dígitos.....	9
Tabela 2 Dados: fonte e período temporal analisado.....	10
Tabela 3 Saídas de Agroalimentares por NC2	22
Tabela 4 Saídas de Agroalimentares por NC4	23
Tabela 5 Entradas de Agroalimentares por NC2	24
Tabela 6 Entradas de Agroalimentares por NC4	26
Tabela 7 Posição e Quota de Portugal nas Exportações Mundiais	27
Tabela 8 Posição e Quota de Portugal nas Importações do Principal Cliente de Agroalimentares.	27
Tabela 9 Índice de Balassa - Exportações por NC2.....	28
Tabela 10 Índice de Balassa - Exportações por NC4.....	29
Tabela 11 Índice de Balassa - Por ordem decrescente e crescente (Exportações)	31
Tabela 12 Índice de Balassa - Outros produtos exportados.....	32
Tabela 13 Índice de Balassa - Importações por NC2	33
Tabela 14 Índice de Balassa - Importações por NC4	34
Tabela 15 Índice de Balassa - Por ordem decrescente e crescente (Importações)	35
Tabela 16 Índice de Balassa - Outros produtos importados	36

Lista de gráficos

Gráfico 1 Evolução do número de empresas na indústria agroalimentar	10
Gráfico 2 Evolução do número do pessoal ao serviço na indústria agroalimentar	11
Gráfico 3 Evolução do VAB na indústria agroalimentar	11
Gráfico 4 Peso da indústria agroalimentar no total da economia	12
Gráfico 5 Peso da indústria agroalimentar no total da indústria transformadora	12
Gráfico 6 Distribuição da indústria agroalimentar por tipo de empresa, em 2012	13
Gráfico 7 Distribuição do número do pessoal ao serviço na indústria agroalimentar, em 2012.....	14
Gráfico 8 Indicadores económicos e financeiros das empresas da indústria agroalimentar por tipo de empresa.....	14
Gráfico 9 Indicadores demográficos - Empresas.....	16
Gráfico 10 Indicadores demográficos - Emprego.....	17
Gráfico 11 Balança Comercial Portuguesa e do Setor Agroalimentar	18
Gráfico 12 Peso do Setor Agroalimentar na Balança Comercial Portuguesa.....	18
Gráfico 13 Saídas do Setor Agroalimentar	19

Gráfico 14 Entradas do Setor Agroalimentar	19
Gráfico 15 Principais Clientes do Setor Agroalimentar (% do Total).....	20
Gráfico 16 Principais Fornecedores do Setor Agroalimentar (% do Total)	21

Lista de anexos

Tabela 17 Indicadores Económicos e Patrimoniais das Empresas: Nacional.....	45
Tabela 18 Indicadores Económicos e Patrimoniais das Empresas: Indústria Agroalimentar	46
Tabela 19 Peso da Indústria Agroalimentar no Total da Economia (Em %).....	47
Tabela 20 Peso da Indústria Agroalimentar no Total da Industria Transformadora (Em %)	47
Tabela 21 Clientes do Setor Agroalimentar	48
Tabela 22 Fornecedores do Setor Agroalimentar	48

Siglas e abreviaturas

AICEP	-	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
CAE	-	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3
FIPA	-	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares
IAA	-	Indústria Agroalimentar
IAPMEI	-	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IB	-	Índice de Balassa
INE	-	Instituto Nacional de Estatística
ITC	-	International Trade Centre
M EUR	-	Milhões de euros
NC	-	Nomenclatura combinada
NC2	-	Nomenclatura combinada a 2 dígitos
NC4	-	Nomenclatura combinada a 4 dígitos
OCDE	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PME	-	Pequenas e médias empresas
PP	-	Pontos percentuais
UE	-	União Europeia
VAB	-	Valor acrescentado bruto

1. Introdução

O setor agroalimentar, caracterizado pelo conjunto de atividades de transformação de bens agrícolas e alimentares e de bebidas, da Indústria Alimentar (CAE 10 - Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3) e da Indústria de Bebidas (CAE 11), ocupa um espaço importante na economia portuguesa e europeia.

Composta por 10 485 empresas e empregando cerca de 104 mil pessoas, esta indústria tem um volume de negócios de 14 600 milhões de euros, equivalente a 18,5% do total da indústria nacional. Este é um setor que se caracteriza pelo elevado número de pequenas e médias empresas (PME), no entanto, 71,6% da produção concentra-se nas médias e grandes empresas (Instituto Nacional de Estatística – INE, 2014b).

Na União Europeia a indústria agroalimentar é também a maior indústria, com um volume de negócios de 1 048 mil milhões de euros (equivalente a 14,6% do total da indústria transformadora europeia), sendo que 51,6% desse valor provém das PME. Este setor, em termos europeus, emprega cerca de 15,5% das pessoas ao serviço na indústria transformadora (*Food Drink Europe*, 2014).

Tratando-se de um setor onde existe uma intensa concorrência, a Indústria Agroalimentar (IAA) tem vindo a ganhar notoriedade na economia nacional. Segundo a Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares (FIPA, 2014), desde há 20 anos a esta parte que uma grande revolução tem acontecido no dinamismo deste setor, acima de tudo derivada da abertura aos mercados externos a partir dos anos 90, que despoletou a necessidade deste setor se readaptar, fazendo ajustes importantes das suas estruturas produtivas para minimizar os efeitos da sua atividade no ambiente, bem como ao nível da certificação das empresas, ao adotar sistemas de controlo e garantia da qualidade e da segurança dos alimentos (FIPA, 2014).

Este trabalho analisa o setor agroalimentar português quanto à sua dinâmica e estrutura empresarial e aos seus fluxos no comércio internacional, ao longo da última década. Foram recolhidos dados do INE para a análise da dinâmica e da estrutura empresarial da IAA de 2004 a 2012; da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) respeitantes aos fluxos, mercadorias e parceiros comerciais do comércio internacional do setor de 2009 a 2013; e do *International Trade Centre* (ITC) para estimar as vantagens comparativas reveladas dos produtos agroalimentares nacionais nos anos 2001, 2005, 2010 e 2013.

Este estudo apresenta como mais-valia a análise empírica da IAA em termos de estrutura e comércio internacional. O trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na secção 2 é apresentado o enquadramento teórico, composto por uma explanação sobre os conceitos

utilizados na análise da estrutura e da dinâmica empresarial, e do comércio internacional. Na terceira secção é feita a análise empírica, tendo por base indicadores económicos, financeiros e demográficos, bem como os fluxos, as mercadorias comercializadas e os principais parceiros do comércio internacional do setor agroalimentar português. Nesta secção são também determinadas as vantagens comparativas dos produtos agroalimentares desagregados por 2 e 4 dígitos conforme a Nomenclatura Combinada (INE, 2013), usando o cálculo do Índice de Balassa sobre as exportações e importações nacionais desses bens, comparativamente com resto do mundo. Na quarta secção sintetizam-se as principais conclusões deste trabalho.

2. Enquadramento

Na presente sessão são explorados conceitos e indicadores de estrutura e de dinâmica empresarial, assim como de comércio internacional. Por último, são levantadas as questões de investigação, onde são detalhados os indicadores que serão utilizados ao longo desta análise ao setor agroalimentar português.

2.1. Indicadores de estrutura e da dinâmica empresarial

A análise da estrutura, da conduta, e da performance dos mercados é uma questão tradicional em economia industrial. Enquanto que é certo que a análise do comportamento das empresas tem vindo a ganhar cada vez mais peso enquanto foco de atenção, também se reconhece que a estrutura da indústria é um aspeto deveras importante, determinante para se compreender, por exemplo, o grau e tipo de concorrência. Em específico, a estrutura do mercado, refletida em indicadores tais como o número e dimensão média das empresas, é determinante para explicar o grau de poder de mercado.

A estrutura do mercado por sua vez é o resultado da evolução, da tecnologia e da estrutura de custos correspondente. Por exemplo, não existe lugar para muitas empresas pequenas quando as economias de escala são muito significativas relativamente à sua dimensão num dado mercado (Mata, 2014). Mata (2014) acrescenta ainda outros elementos que influenciam a estrutura e o desempenho de um setor, como a diferenciação do produto, o grau de utilização da capacidade instalada, o conhecimento mútuo entre as empresas, proveniente de contatos frequentes, antigos e em múltiplos mercados, e a facilidade de perceber as condições de mercado e as decisões tomadas pelos concorrentes.

Há um conjunto de indicadores básicos que são frequentemente utilizados para caracterizar a estrutura de um mercado, como sejam dimensão média das empresas, importância das grandes/ pequenas/ microempresas, o volume de produção / ou de valor acrescentado. Para o cálculo destes indicadores usa-se como padrão a definição da União Europeia, sendo que uma *grande empresa* é uma Empresa que emprega mais de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual excede 50 milhões de euros, ou 43 milhões de euros, respetivamente (IAPMEI, 2007). *Pequenas e médias empresas (PME)*: Empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros (INE, 2014).

Relativamente às dinâmicas da indústria, salientam-se alguns indicadores de demografia empresarial, como sejam a taxa de criação de emprego, a taxa de destruição de emprego, a taxa

de natalidade e de mortalidade de empresas. Apresentamos de seguida uma definição de cada um destes indicadores, segundo o INE (2014):

- *Taxa de criação de emprego*: Corresponde ao quociente entre o número de pessoas ao serviço nos nascimentos reais de empresas no ano N e o total de pessoas ao serviço na população de empresas ativas no ano N;
- *Taxa de destruição e emprego*: Corresponde ao quociente entre o número de pessoas ao serviço nas mortes reais de empresas no ano N e o total de pessoas ao serviço na população de empresas ativas no ano N;
- *Taxa de mortalidade de empresas*: Corresponde ao quociente entre o número de mortes reais de empresas em N e o total de empresas ativas na população nesse mesmo ano N;
- *Taxa de natalidade de empresas*: Corresponde ao quociente entre o número de nascimentos reais de empresas N e o total de empresas ativas na população nesse mesmo ano N;

Os indicadores de demografia empresarial refletem, até certo ponto, o dinamismo de um setor e a sua adaptação à alteração das condições de mercado. Transmitem também a importância do setor enquanto fonte de criação de emprego, e permitem retirar algumas ilações relativamente á competitividade das empresas. Estes indicadores têm vindo a receber atenção crescente enquanto informação de suporte para análise de indústrias e regiões e para a tomada de decisões de política (OCDE, 2010)

2.2. Comércio internacional

Na análise de uma indústria, é central, pelas suas diversas implicações, considerar o grau de importância do comércio internacional, e as vantagens comparativas do mesmo em relação ao exterior. Para o efeito, poderemos analisar os padrões de comércio internacional, assim como utilizar indicadores que se tornaram de referência na literatura.

A análise das vantagens de um país em determinado setor, como indicador do seu nível de competitividade, é um aspeto tradicionalmente abordado na literatura de comércio internacional. Remontando a Adam Smith (1776), o comércio internacional era baseado em vantagens

absolutas, argumentando este que para duas nações comercializarem entre si, teriam ambas que ganhar com essa relação. Assim, quando uma nação era mais eficiente na produção de um bem, mas era menos eficiente na produção de uma mercadoria que a outra nação era mais eficiente, então ambos os países ganhariam se cada um se especializasse na produção dos produtos que detêm vantagens absolutas, comercializando esses bens entre si. Mas, também esta teoria apresentava lacunas, visto que nem todos os países detinham vantagens absolutas em quaisquer produtos, ficando por explicar esta parte do comércio internacional. Algumas décadas mais tarde, David Ricardo (1817) apresentou a lei das vantagens comparativas, lei que explicava mais eficazmente as bases e ganhos vindouros do comércio internacional. David Ricardo preconizou que mesmo que uma nação não tenha vantagens absolutas na produção de nenhum produto, pode ainda obter benefícios mútuos na troca internacional de bens. Para isso, basta que cada nação se especialize na produção e exportação do bem que obtém maiores vantagens comparativas e importe o produto que apresenta maior desvantagem comparativa. Neste prisma, com a especialização de cada país nos bens que auferem maiores vantagens comparativas, a produção mundial desses bens será maior, e cada nação irá obter ganhos dessa relação. Existem, porém, críticos defensores de que esta teoria é estática e irrelevante, relevando que o padrão de desenvolvimento de um país não é especificado de uma forma estática, devendo ser reequacionado conforme as condições do país se vão alterando.

Heckscher (1919) e Ohlin (1924 e 1933) desenvolveram o modelo de Heckscher-Ohlin, baseado na teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, apresentando contudo diferenças fundamentais. A principal delas reside no facto deste modelo ter uma perspectiva mais realista ao admitir a dotação fatorial de uma nação, sendo o capital e a mão-de-obra. Neste prisma, este modelo anui que um país exporta os bens que utilizam de forma mais intensiva os fatores produtivos mais abundantes no país, importando os bens que usam mais intensivamente os fatores produtivos mais escassos. Todavia, Leontief (1953) revelou o paradoxo existente na economia americana, pois, seguindo a lógica do modelo de Heckscher-Ohlin, esta nação como detinha um elevado rácio de capital por trabalhador, deveria exportar mercadorias mais capital-intensivas face aos bens importados. Leontief concluiu que os bens importados pelos americanos tinham um rácio capital-trabalhador maior do que os seus produtos exportados. Este paradoxo acabaria por ser confirmado por Baldwin (1971), que recorreu a dados de 1962.

Inspirado nas vantagens comparativas de David Ricardo, Liesner (1958) ao recorrer dos fluxos comerciais, criou um índice de vantagens comparativas reveladas que permitiam verificar as vantagens relativas de uma nação, num certo setor industrial, para uma determinada

economia. Esta técnica acabaria por ser batizada e aperfeiçoada por Balassa (1965) e é, ainda hoje, bastante utilizada. A título de exemplo, Utkulu et al. (2004) calcularam o Índice de Balassa (IB) para analisar a competitividade e o padrão dos fluxos de comércio da Turquia com a União Europeia (UE); Muendler (2007) utiliza este índice nos setores da agricultura, minérios e manufatura brasileira entre 1986 e 2001; Yu et al. (2009) propõem um índice normalizado da vantagem comparativa revelada, tendo concluído que este índice é capaz de revelar a extensão da vantagem comparativa que um país detém sobre um produto de uma forma mais precisa e consistente face a outros índices alternativos; e Bhattacharyya (2011) recorreu ao IB para quantificar as vantagens comparativas que a Índia apresenta sobre os produtos vegetais, frutas, flores nos mercados asiáticos, europeus e norte-americanos, em comparação com outros países do Sudoeste Asiáticos.

Mais tarde, alguns autores incrementaram um maior dinamismo na explicação do comércio internacional. Vernon (1966), através da sua teoria sobre o ciclo de vida do produto alvitrou que a inovação tecnológica conduzia a uma nova vantagem comparativa de um dado país até que esta fosse difundida internacionalmente. Bowen et al. (1987) generalizaram o modelo de Heckscher-Ohlin ao utilizarem um vasto número de países e de bens no mesmo modelo. Davis et al. (2001) deslindaram a forte capacidade do modelo gerar previsões, ao admitir diferenças tecnológicas aquando do seu teste.

Uma nova teoria de comércio internacional, enfocada nos retornos das economias de escala, foi trazida à tona por Smith (2010), ao explicar as vantagens provenientes da produção em larga escala, da experiência acumulada e das vantagens temporárias, fruto do processo de inovação. Krugman (1990) salientou o seu estudo nas economias de escala como sendo o âmago do comércio internacional, numa ótica de monopólio, tendo concluído que tanto a nova teoria do comércio como a teoria das vantagens comparativas produzem ganhos favoráveis em todos os países envolvidos no comércio internacional. Romalis (2004) mesclou o modelo de Heckscher-Ohlin com esta nova teoria de comércio internacional, tendo evidenciado o ajuste da produção/exportação em função da acumulação célere de fatores produtivos, comprovando ambos os modelos. Ainda nesta esfera, e como forma de operacionalizar as vantagens comparativas, surge o Índice de Balassa (IB) (1965), baseado na lei das vantagens comparativas de David Ricardo (1817). O IB é uma ferramenta simples no seu cálculo e pertinente na determinação do nível de especialização das exportações de um dado setor de atividade de um país. Para tal, este índice corresponde ao rácio entre o peso de certo setor ou produto de atividade nas exportações

nacionais e o peso desse mesmo setor ou produto nas exportações mundiais, calculando-se da seguinte forma:

$$IB_j = \frac{\frac{X_{ij}}{X_{it}}}{\frac{X_{wj}}{X_{wt}}} \quad (1)$$

X_{ij} representa o valor das exportações do país i do produto j , X_{it} é o valor total das exportações desse país, X_{wj} corresponde ao valor das exportações mundiais do produto j , e X_{wt} é o valor total das exportações mundiais.

Este indicador possui a particularidade de poder ser utilizado para comparar um grupo de países, não sendo necessário utilizar valores mundiais no denominador, desde que esteja bem definida a área de referência e o setor em análise. O próprio autor deste modelo não utilizou valores do mundo como um todo, tendo recolhido dados agregados por 6 áreas.

Em termos interpretativos, quando o IB é superior a 1, é o mesmo que dizer que o país i é reputado como sendo especializado na exportação do produto j , ou seja, possui uma vantagem comparativa revelada nesse produto. Apesar de não ser limitado superiormente, este indicador possui um limite inferior correspondente a zero, que indica o caso extremo do país não exportar o produto j . Além disso, se o índice for igual a 1 significa que o país i é o único exportador do produto j , detendo assim o monopólio internacional desse bem¹.

2.3. Questões de investigação

Com base no exposto acima, a análise empírica que se apresenta nesta tese recai na análise: (i) de indicadores económicos e financeiros a fim de compreender a estrutura empresarial; de indicadores de demografia empresarial, para escrutinar a dinâmica empresarial; e (ii) de indicadores de comércio com o intuito de compreender a performance do setor agroalimentar português no comércio internacional. Nesta última questão, será também utilizado o Índice de Balassa, para verificar se Portugal apresenta vantagens comparativas reveladas nos produtos agroalimentares relativamente ao resto do mundo.

São utilizados dados do INE para analisar a estrutura e a dinâmica empresarial deste setor, durante a última década, concretamente de 2004 a 2012. Pretende-se fazer aprioristicamente

¹ Têm surgido diversas variantes do IB, sendo que as diversas formulações decorrem dos objetivos específicos de investigação. Amador et al. (2007), por exemplo, desenvolvem um estudo sobre o comércio internacional português, utilizando o Índice de Balassa tanto ao nível das exportações como das importações, considerando a intensidade tecnológica das indústrias de Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda.

uma análise comparativa do setor agroalimentar com a restante estrutura e dinâmica empresarial nacional, para compreender qual o peso deste setor na economia portuguesa.

Para analisar o comércio internacional foram recolhidos dados da AICEP, referentes ao período temporal compreendido entre 2009 e 2013. Pretende-se escrutinar sobre os fluxos comerciais neste setor de atividade, procurando enfatizar qual é a sua intensidade exportadora e importadora, a diversidade dos produtos comercializados, os principais parceiros comerciais e qual o posicionamento e quota de mercado deste setor português a nível mundial.

Por fim calcula-se o Índice de Balassa para os anos de 2001, 2005, 2010 e 2013, tendo como origem a base de dados do mapa do comércio internacional do *International Trade Centre* (ITC). Pretende-se explorar se Portugal possui vantagens comparativas reveladas nos produtos agroalimentares.

3. Análise empírica

Nesta sessão apresenta-se o setor agroalimentar português em três subseções principais, a fim de compreender qual a sua evolução e peso na economia nacional na última década. Esta indústria, como enunciado anteriormente, consiste nas atividades transformadoras da Indústria Alimentar (CAE 10) e da Indústria de Bebidas (CAE 11) dos produtos agrícolas e alimentares, dispostos segundo a classificação na nomenclatura combinada de mercadorias, de 01 a 15 e de 16 a 23, respetivamente, como indicado na tabela 1.

Tabela 1 Produtos agroalimentares por classificação NC a 2 dígitos

Agrícolas
01 Animais vivos
02 Carnes e miudezas comestíveis
03 Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos
04 Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural
05 Outros produtos de origem animal, ainda n/ especificados
06 Plantas vivas e produtos de floricultura
07 Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis
08 Frutas; cascas de citrinos e de melões
09 Café, chá, especiarias
10 Cereais
11 Produtos indústria moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo
12 Sementes/frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas etc
13 Gomas, resinas e outros sucos e extractos vegetais
14 Matérias p/ entrançar e outros prod origem animal, não inc. noutros capítulos
15 Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; ceras, etc.
Alimentares
16 Prep. de carnes, peixes/crustáceos, de moluscos/outros invertebrados aquáticos
17 Açúcares e produtos de confeitaria
18 Cacau e suas preparações
19 Preparações de cereais, leite; produtos de pastelaria
20 Preparações de produtos hortícolas, frutas
21 Preparações alimentícias diversas
22 Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres
23 Resíduos das indústrias alimentares; alimentos p/animais

Fonte: INE - Nomenclatura Combinada 2014

3.1. Dados

Conforme já referido, são analisados indicadores referentes à estrutura e dinâmica empresarial, e ao comércio internacional deste setor, tendo por fonte e período temporal o constante da tabela:

Tabela 2 Dados: fonte e período temporal analisado

Indicador	Fonte	Período
Indicadores Económicos e Patrimoniais	INE (2014b)	De 2004 a 2012
Indicadores Demográficos	INE (2014b)	De 2004 a 2012
Indicadores do Comércio Internacional	AICEP (2014a)	De 2009 a 2013
Índice de Balassa	ITC (2014)	2001, 2005, 2010, 2013

Fonte: Elaboração própria

Importa realçar que os dados da AICEP, referentes ao comércio internacional, têm como base a mesma fonte utilizada neste trabalho na estimação do Índice de Balassa, ou seja, a base de dados do ITC.

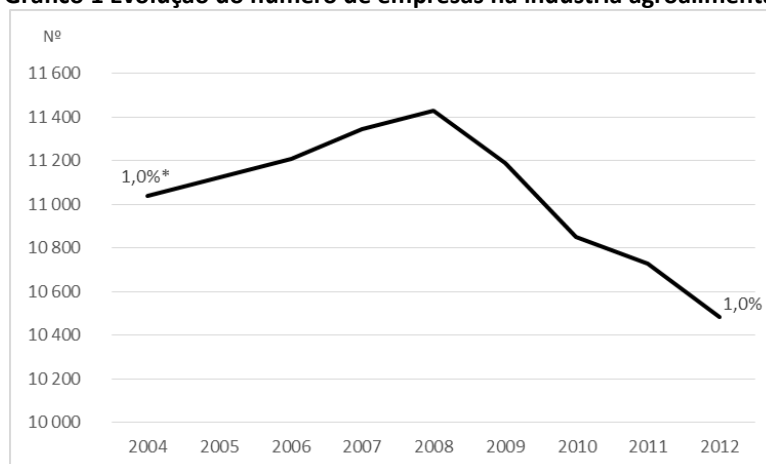
3.2. Análise da estrutura e dinâmica empresarial

Segundo dados do INE (2014a), em Portugal em geral, tem-se assistido a um decréscimo da atividade económica entre 2004 e 2012, bem como a um agravamento dos principais indicadores do setor empresarial.

Partindo do comportamento global da economia portuguesa, desenvolvemos uma análise comparativa da evolução do setor agroalimentar. Iniciamos a análise considerando os indicadores económicos, como o número de empresas, do pessoal ao serviço e do VAB, referentes ao setor agroalimentar e do seu peso no total das empresas nacionais. Explora-se também a importância das PME neste setor. Segue-se a análise dos indicadores de demografia empresarial.

Indicadores de estrutura da indústria

Gráfico 1 Evolução do número de empresas na indústria agroalimentar

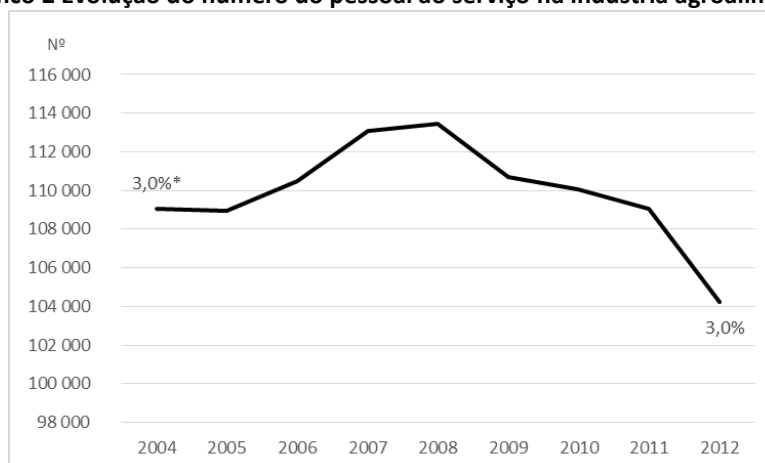


Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

*Peso do setor no nº total das empresas nacionais

Relativamente ao número de empresas do setor, registou-se um crescimento até 2008, verificando um decréscimo desde então. De 11 038 empresas em 2004 evoluiu-se para 10 485 empresas em 2012. Não obstante, manteve-se o peso deste setor no total do número de empresas nacionais (cerca de 1%).

Gráfico 2 Evolução do número do pessoal ao serviço na indústria agroalimentar

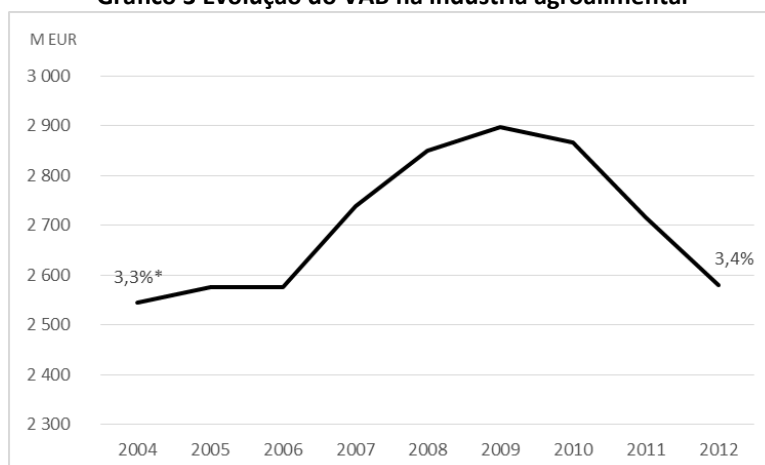


Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

*Peso do setor no pessoal ao serviço no total de empresas nacionais

O número do pessoal ao serviço na indústria agroalimentar registou uma evolução semelhante, crescendo desde 2004 a 2008 e decrescendo desde então, atingindo o seu valor mais baixo em 2012 (104 209 colaboradores). Manteve-se também o seu contributo em termos de emprego (3%).

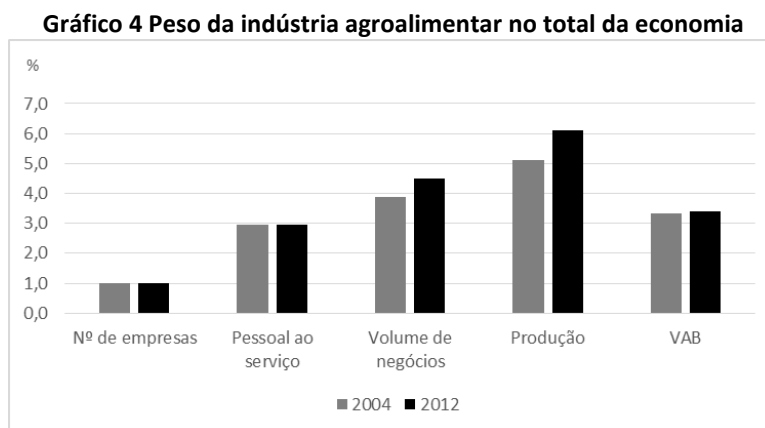
Gráfico 3 Evolução do VAB na indústria agroalimentar



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

*Peso do setor no total das empresas nacionais

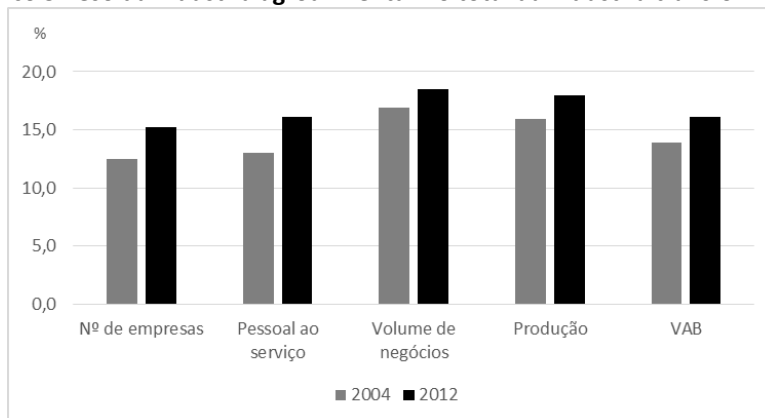
No que respeita ao VAB do setor da agroalimentar, este cresceu de 2 545 milhões de euros em 2004, atingiu um pico máximo em 2009, com 2 898 milhões de euros. Desde então e até 2012 o VAB desta indústria tem vindo a diminuir, sendo em 2012 pouco superior aos valores registados no início da década, ou seja 2 580 milhões de euros. Durante o período de análise, o contributo deste setor no VAB nacional aumentou 0,1 pontos percentuais, tendo passado de 3,3% em 2004 para 3,4% em 2012.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

Como verificado anteriormente, o contributo da indústria agroalimentar na economia nacional tem-se mantido praticamente invariante no que respeita aos indicadores referentes ao número de empresas, pessoal ao serviço e VAB. Contudo, verifica-se um incremento do peso deste setor ao nível do volume de negócios e da produção. Denota-se um crescimento de 3,9% em 2004 para 4,5% em 2012 referentes ao volume de negócios, e uma subida de 1 ponto percentual no peso da produção do setor no total nacional (5,1% em 2004 e 6,1% em 2012).

Gráfico 5 Peso da indústria agroalimentar no total da indústria transformadora

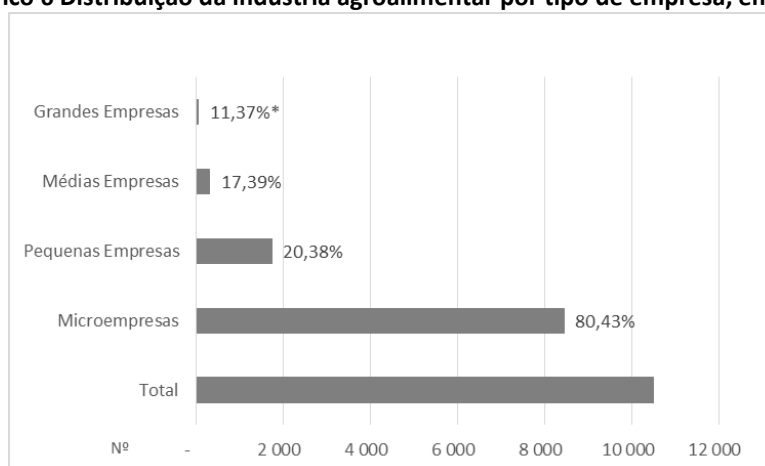


Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

Abordando o contributo da IAA no total da indústria transformadora portuguesa, verifica-se que este setor tem um papel preponderante e em crescimento em todos os indicadores apresentados. O seu peso é maior no volume de negócios do total da indústria transformadora, sendo a IAA responsável por 18,5% desse valor (equivalente a 14 600 milhões de euros) em 2012, tendo aumentado 1,6 pontos percentuais face a 2004.

Dos indicadores apresentados verifica-se um crescimento maior do peso da IAA na indústria transformadora no número do pessoal ao serviço, tendo passado de um contributo de 13,0% em 2004 para 16,1% em 2012.

Gráfico 6 Distribuição da indústria agroalimentar por tipo de empresa, em 2012

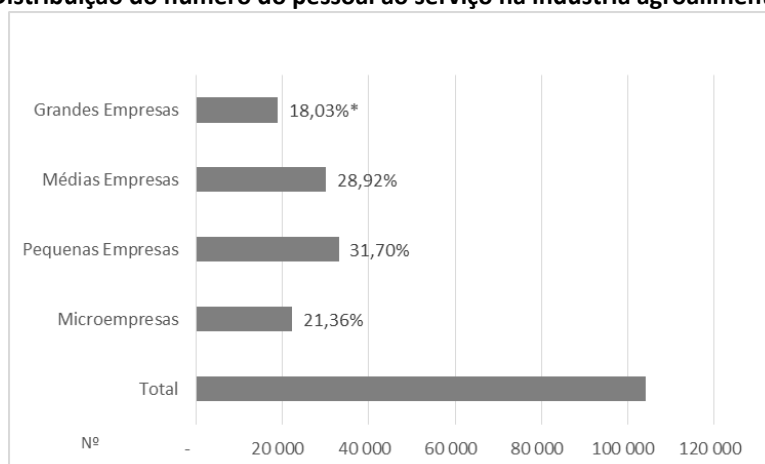


Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

*Peso de cada tipo de empresa no setor

Esta indústria segue o mesmo tipo de segmentação em termos nacionais sobre a dimensão das empresas. Pelo gráfico acima, confirma-se que é um setor maioritariamente composto por microempresas, representando 80,43% da totalidade do setor agroalimentar. Com apenas 34 empresas em 2012, as grandes empresas representam a parcela mais pequena desta indústria (11,37%).

Gráfico 7 Distribuição do número do pessoal ao serviço na indústria agroalimentar, em 2012

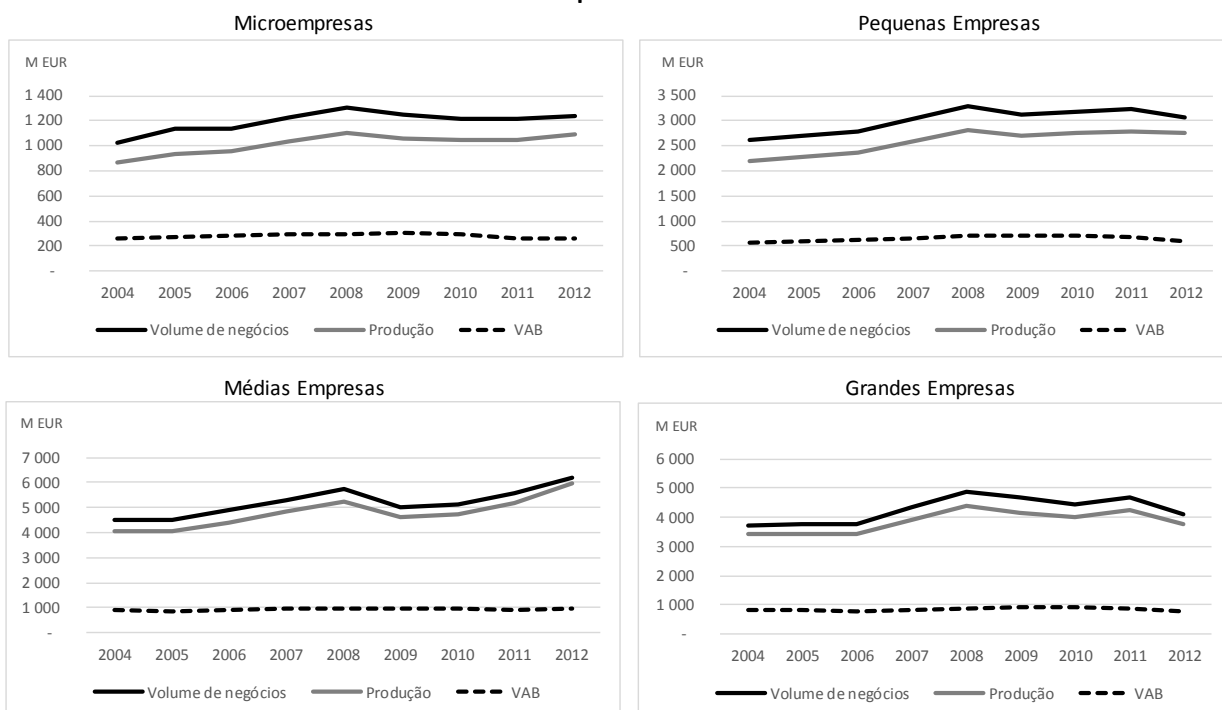


Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

*Peso do pessoal ao serviço por cada tipo de empresa no setor

Como se constata, 31,70% do pessoal ao serviço nesta indústria está alocado nas pequenas empresas, totalizando 33 030 colaboradores em 2012. Também neste indicador, as grandes empresas têm o peso menor, com 18,03% do pessoal ao serviço do setor.

Gráfico 8 Indicadores económicos e financeiros das empresas da indústria agroalimentar por tipo de empresa



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

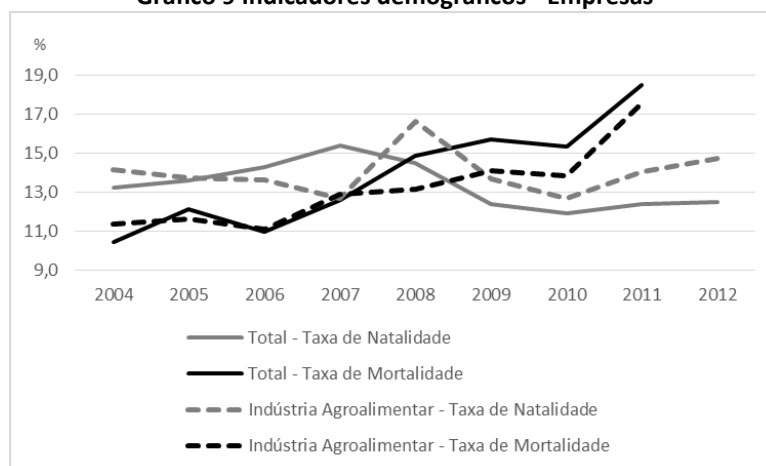
Fazendo uma análise aos indicadores económicos da indústria agroalimentar segmentados pelo tipo de empresa, conforme a sua dimensão, a primeira relação que se pode tirar é que o negócio deste setor está mais concentrado nas médias e grandes empresas, apesar do seu número mais reduzido de empresas e de pessoal ao serviço, como ilustrado anteriormente. Em 2012, do volume de negócios total desta indústria (14 600 milhões de euros), 28,1% pertencia às grandes empresas (equivalente a 4 107 milhões de euros), e 42,3% provinha das médias empresas (equivalente a 6 181 milhões de euros). A mesma hierarquia acontece no caso da produção e do VAB, sendo sempre as médias empresas as responsáveis pelo maior contributo para este setor de atividade, com 44,0% e 37,2%, respetivamente. As médias empresas são também aquelas que registam uma evolução mais vigorante ao longo da última década, ao passar de um volume de negócios de 4 505 milhões de euros em 2004, para 6 181 milhões de euros em 2012 e de uma produção de 4 031 milhões de euros em 2004, para 5 977 milhões de euros em 2012. Relativamente ao VAB, o seu crescimento foi mais tímido, facto que também acontece nas restantes empresas. Em 2004, as médias empresas tinham contribuído em 900 milhões de euros para este indicador, e com 961 milhões de euros em 2012.

As microempresas também registam uma evolução positiva dos indicadores, embora que mais ténue, tendo crescido 1,2% no seu volume de negócios, 1,3% na sua produção, e 1,0% no seu VAB na última década.

No caso das grandes empresas, denota-se a evolução mais oscilante face às restantes tipologias de empresas, especialmente ao nível do volume de negócios e produção. Apesar de apresentar uma tendência de decréscimo nos últimos anos expostos, as grandes empresas revelam em 2012 valores superiores aos registados em 2004. O seu volume de negócios cresceu de 3 711 milhões de euros em 2004 para 4 107 milhões de euros em 2012 e a sua produção ascendeu dos 3 412 milhões de euros em 2004 para os 3 757 milhões de euros em 2012. No que toca ao VAB, regista-se uma queda na sua evolução em 66 milhões de euros, perfazendo os 761 milhões de euros em 2012.

Nos gráficos seguintes são apresentados indicadores de demografia empresarial, tais como a taxa de natalidade, a taxa de mortalidade, a taxa de criação de emprego e a taxa de destruição de emprego da indústria agroalimentar, em comparação com os mesmos indicadores em termos nacionais.

Gráfico 9 Indicadores demográficos - Empresas



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

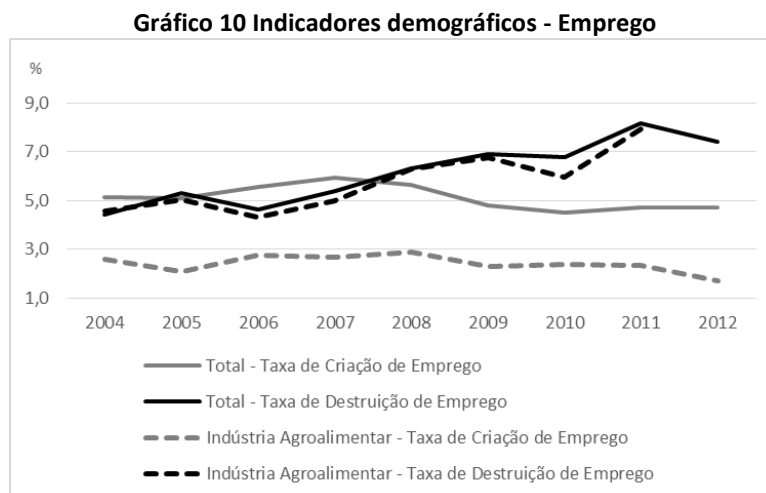
Indicadores de demografia empresarial

No que respeita à sobrevivência das empresas, constata-se que, ao longo do período em análise, a taxa de natalidade foi ultrapassada pela taxa de mortalidade, a partir do ano de 2008 ao nível nacional e em 2009 na indústria agroalimentar.

Olhando para a taxa de natalidade, observa-se que a IAA apresenta uma evolução mais abrupta face à restante economia. Em termos nacionais, esta taxa tem vindo a decrescer desde 2007, passando de 15,4% nesse ano para 12,5% em 2012. O setor agroalimentar, que atinge o seu valor máximo em 2008 (16,6%), apesar de em 2012 o seu valor ser inferior (14,7%), a taxa de natalidade empresarial da IAA tem vindo a ser superior à taxa de natalidade empresarial nacional, desde 2008.

Quanto à taxa de mortalidade, regista-se uma evolução crescente, tanto em termos totais como ao nível da IAA, tendo evoluído de 10,4% no total nacional e 11,3% no setor, em 2004, para 18,5% e 17,6%, respetivamente, em 2011.

De grosso modo, o setor agroalimentar, apesar de acompanhar a mesma tendência nacional na evolução das taxas de natalidade e de mortalidade das empresas, tem uma taxa de mortalidade inferior à nacional e uma taxa de natalidade superior à nacional, essencialmente a partir de 2008, o que leva a crer que este setor, em termos de demografia empresarial, tem sido mais resistente à crise financeira face à restante economia.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE (2014b)

No que respeita ao emprego, o setor agroalimentar exibe uma performance similar à economia nacional, principalmente ao nível da destruição de emprego. Apenas 0,3 pontos percentuais distanciam esta taxa, em 2011, do total das empresas portuguesas para a IAA. Assim, a taxa de destruição de emprego vigente no total da economia, em 2011, foi de 8,2% e de 7,9% na IAA.

Contudo, apesar do mesmo comportamento evolutivo, caracterizado por um decréscimo gradual ao longo da última década, a taxa de criação de emprego no setor agroalimentar tem sido sempre inferior face à restante economia. Em 2012, esta taxa era de 4,7% em termos globais, e de 1,7% neste setor de atividade.

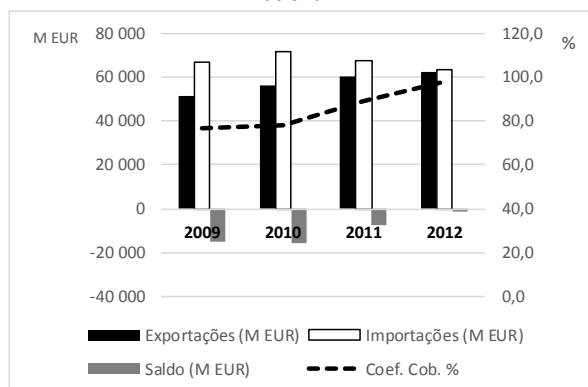
3.3. Análise do comércio internacional

De seguida são apresentados os fluxos do setor agroalimentar no comércio internacional, bem como as vantagens comparativas reveladas dos bens agroalimentares ao nível das exportações e das importações.

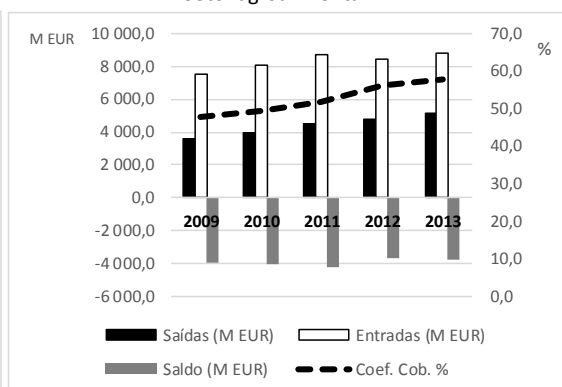
3.3.1. Fluxos internacionais

Na presente abordagem ao comércio internacional do setor agroalimentar, são realçados os principais e produtos transacionados, a intensidade dos fluxos, e os parceiros comerciais, com o intuito de avaliar a performance deste setor nos mercados externos, e o seu contributo em termos nacionais.

Gráfico 11 Balança Comercial Portuguesa e do Setor Agroalimentar
Nacional



Setor agroalimentar

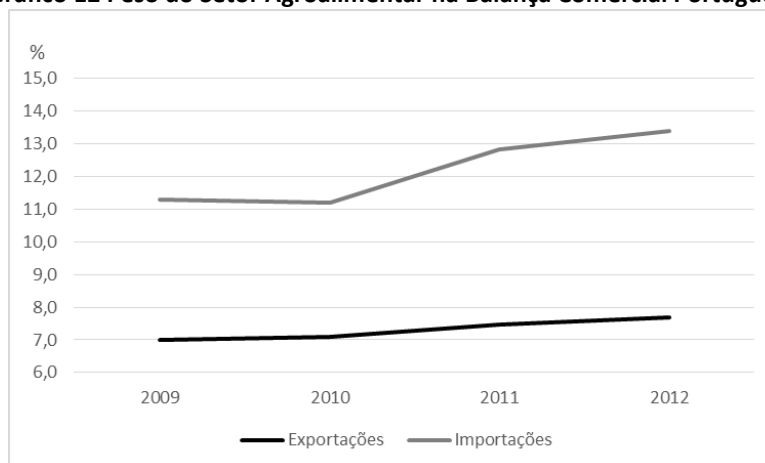


Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP (2014a e 2014b)

Como se analisa nos gráficos acima, tanto a Balança Comercial Portuguesa como a Balança do setor agroalimentar apresentam saldos negativos. Apesar da melhoria da performance global das exportações portuguesas, que se tem desenvolvido nos últimos anos, a Balança Comercial do setor agroalimentar português carrega um saldo francamente deficitário, estimado em 3 730 milhões de euros, em 2013. Em termos nacionais, a Balança Comercial nacional apresenta um saldo negativo menor (1 233 milhões de euros).

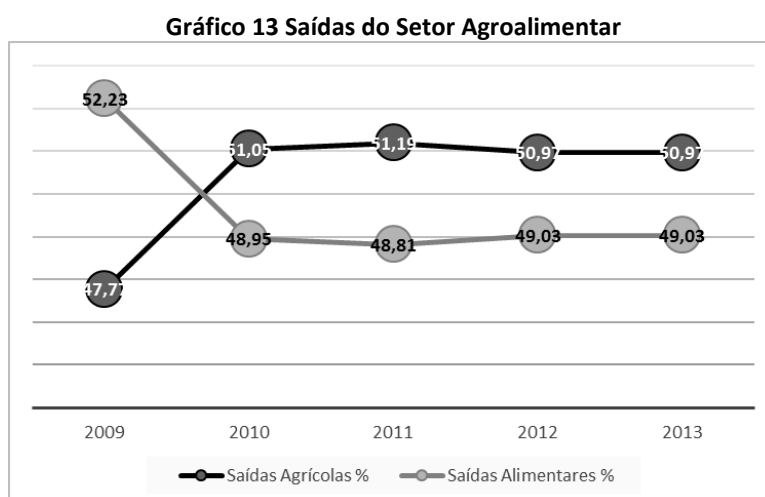
Quanto à taxa de cobertura das importações pelas exportações, este setor exhibe uma evolução positiva e contínua, mas também mais tímida comparativamente à evolução nacional. Enquanto no setor agroalimentar esta taxa cresceu 10 pontos percentuais nos cinco anos de análise, passando de 47,7% em 2009 para 57,8% em 2013, em termos nacionais a sua evolução foi superior, tendo crescido 21,1 pontos percentuais (de 77% em 2009 para 98,1% em 2012).

Gráfico 12 Peso do Setor Agroalimentar na Balança Comercial Portuguesa



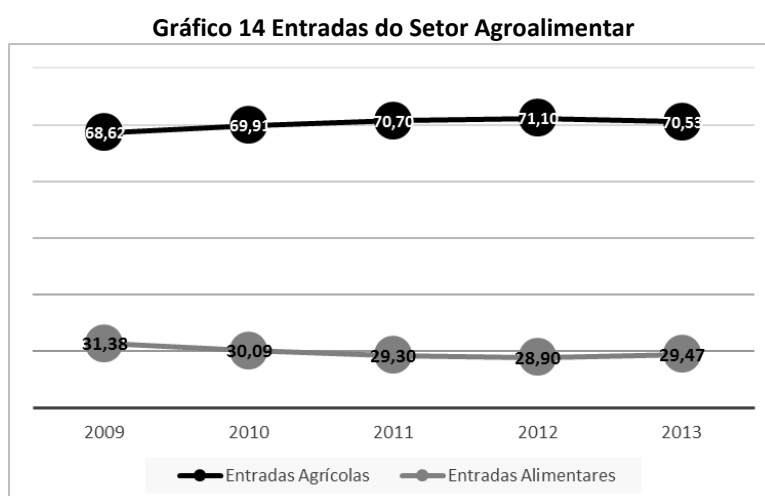
Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP (2014a e 2014b)

Em termos de contribuição na Balança Comercial Portuguesa, o setor agroalimentar tem vindo a incrementar ligeiramente o seu peso ao nível das exportações, registando um crescimento de apenas 0,7 pontos percentuais ao longo do período de análise. No que toca às importações, a contribuição deste setor tem sido mais vigoroso, passando de 11,3% em 2009 para 13,4% em 2012.



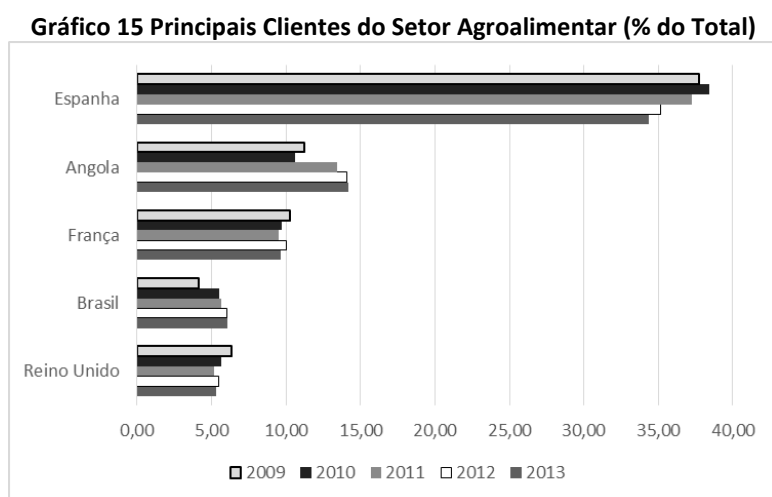
Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP (2014a)

As empresas exportadoras do setor agroalimentar, a partir de 2010, passaram a comercializar maioritariamente produtos agrícolas, muito embora não tenha existido uma grande discrepância entre estes e as exportações de bens alimentares. As exportações de produtos alimentares andaram na ordem dos 49%, e dos 51%, aproximadamente, no que toca aos bens agrícolas.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP (2014a)

No caso das importações deste setor, constata-se que são também os produtos agrícolas aqueles que são mais importados. Nos últimos anos, tem-se assistido a uma ligeira subida do volume importado de bens agrícolas (68,62% em 2009 e 70,53% em 2013), como também um ténue decréscimo das importações de produtos alimentares (de 31,38% em 2009 para 29,47% em 2013).

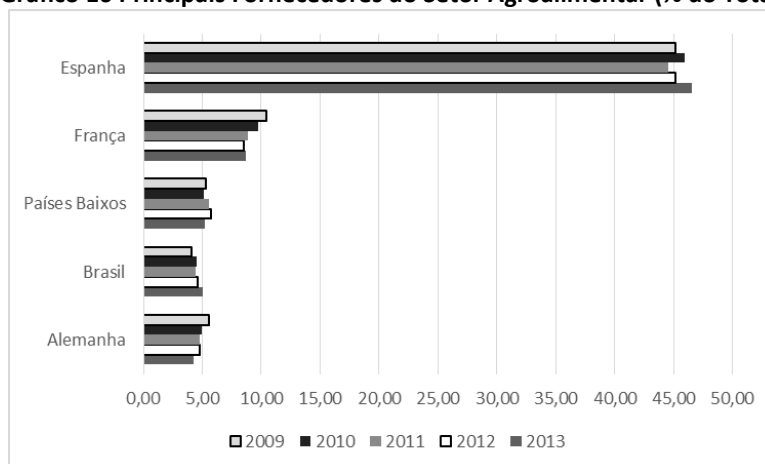


Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP (2014a)

Portugal exporta os seus bens agroalimentares maioritariamente para os países vizinhos (Espanha, França e Reino Unido), assim como para países lusófonos (Angola e Brasil).

A Espanha representa o cliente com maior relevo, para onde vão mais de 30% das exportações nacionais de produtos agroalimentares. Verifica-se uma tendência decrescente no nível de bens agroalimentares vendidos para o país fronteiriço, tendo a sua representatividade passado de 38% em 2009 para 34% em 2013, aproximadamente. Esta tendência declinante também se regista nos restantes clientes principais europeus. Contrariamente, constata-se o comportamento inverso no que alude às exportações lusas para Angola e Brasil, sendo Angola o segundo país mais consumidor dos produtos agroalimentares (14,18% em 2013), registando um acréscimo de 3 pontos percentuais durante o período em análise.

Gráfico 16 Principais Fornecedores do Setor Agroalimentar (% do Total)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da AICEP (2014a)

Por outro lado, as importações nacionais do setor agroalimentar têm como principais origens a Espanha, a França, os Países Baixos, o Brasil e a Alemanha. Também aqui se regista uma forte relação comercial com a Espanha, deixando a Angola e o Reino Unido de ter tanta expressividade como ao nível das exportações.

De grosso modo, o fluxo das importações que advêm do país vizinho têm sofrido oscilações ao longo do tempo, sendo que 2013 regista o seu valor mais elevado, isto é, 4 120 milhões de euros (46,56% do total de bens agroalimentares importados). A França e a Alemanha têm perdido atratividade de forma gradual, representando 9% e 4%, respetivamente, do valor total de importações neste setor. Contrariamente, o Brasil tem despertado as atenções nacionais de forma crescente, sendo responsável por 4,10% das importações deste setor em 2009, e por 5,08% em 2013.

Tabela 3 Saídas de Agroalimentares por NC2

% do Total	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL (M EUR)	3 607,1	3 996,7	4 519,1	4 790,8	5 119,8
22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	23,7	22,9	22,8	23,1	21,4
03 - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	10,8	13,6	13,8	12,2	11,4
15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; ceras. etc.	6,9	7,4	9,2	9,2	10,4
20 - Preparações de produtos hortícolas, frutas	7,7	7,1	7,1	7,2	7,6
08 - Frutas; cascas de citrinos e de melões	5,8	6,8	6,3	6,8	6,6
04 - Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural	7,2	7,5	6,7	7,0	6,4
16 - Prep. de carnes, peixes/crustáceos, de moluscos/outros invertebrados aquáticos	5,5	5,1	5,6	5,8	6,3
19 - Preparações de cereais, leite; produtos de pastelaria	5,0	5,0	5,1	5,3	5,7
07 - Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis	5,2	4,2	3,8	4,1	4,3
17 - Açúcares e produtos de confeitaria	5,0	3,8	3,9	2,9	3,5
02 - Carnes e miudezas comestíveis	2,6	2,6	2,8	3,2	3,4
21 - Preparações alimentícias diversas	3,4	2,9	2,6	2,9	2,7
01 - Animais vivos	2,2	1,8	1,6	1,9	1,9
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos p/animais	1,5	1,7	1,3	1,4	1,8
05 - Outros produtos de origem animal, ainda n/ especificados	1,2	1,3	1,3	1,4	1,5
Outros	6,2	6,1	6,2	5,6	5,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da AICEP (2014a)

No âmbito do setor agroalimentar, Portugal encontra-se mais especializado nas exportações de quatro classes de produtos, visto que retratam sensivelmente metade do volume total de bens agroalimentares exportados, sendo elas:

22 – Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres;

03 - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos;

15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; ceras, etc.;

20 - Preparações de produtos hortícolas, frutas.

A classe mais exportada (22) representa 21,4% do volume total de exportações em 2013. Apesar de bastante significativo, esta classe de mercadorias tem perdido vigor ao longo do

período em análise, assim como a classe subsequente (03), que perdeu 0,6 pontos percentuais de 2009 a 2013.

Analisando a terceira classe mais exportada (15), tem-se registado uma tendência de crescimento, passando de 6,9% em 2009 para 10,4% em 2013 do total das exportações do setor agroalimentar.

Tabela 4 Saídas de Agroalimentares por NC4

% do Total	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL (M EUR)	3 607,1	3 996,7	4 519,1	4 790,8	5 119,8
2204 - Vinhos de uvas frescas	16,1	15,4	14,5	14,7	14,1
1509 - Azeite oliveira e suas fracções, mesmo refinado mas n/ quimicamente modificado	3,7	4,1	4,8	5,5	6,6
1604 - Preparações e conservas de peixes; caviar e seus sucedâneos de ovas de peixes	3,2	3,1	3,3	3,7	4,0
2203 - Cervejas de malte	3,8	4,2	4,6	4,9	3,9
2002 - Tomates preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético	4,3	3,6	3,4	3,4	3,8
1905 - Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	3,3	3,4	3,3	3,5	3,4
1701 - Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicam. pura, no estado sólido	4,6	3,3	3,5	2,6	3,2
0303 - Peixes congelados excepto os filetes e carne de peixe da pp 0304	1,9	2,4	2,3	2,4	2,9
0307 - Moluscos c/ ou s/ concha, vivos, etc; invertebrados aquáticos, etc; farinhas	1,5	3,2	3,5	2,7	2,4
0302 - Peixes frescos/refrigerados, exc filetes peixe e outra carne peixe da pp 0304	2,6	2,8	3,0	2,7	2,1
0401 - Leite e nata não concentrados nem adicionados de açúcar ou outros edulcorantes	3,1	2,4	2,4	2,5	2,1
2202 - Águas, águas minerais e gaseificadas, adicionadas de açúcares	1,9	1,7	2,1	2,1	2,0
1901 - Extractos de malte; prep.alimentícias de farinhas,amidos,sêmolos,féculas,etc	1,2	1,1	1,2	1,2	1,7
0203 - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	1,2	1,2	1,1	1,5	1,7
1601 - Enchidos e produtos semelhantes, de carne, miudezas ou sangue	1,6	1,4	1,5	1,6	1,6
Outros	46,0	46,7	45,2	45,0	44,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da AICEP (2014a)

Quando se analisa pormenorizadamente a distribuição das exportações de bens agroalimentares, recorrendo à NC4, constata-se que os Vinhos de uvas frescas, apesar da

tendência decrescente, ostentam a presença mais notória, registrando 14,1% do volume total de exportações deste setor.

A classe seguinte, relativa aos Azeites, que detém um volume exportado 47% menor do que a classe dos vinhos, tem-se ampliado de forma significativa nos últimos anos. Em 2009 representava 3,7% das exportações de bens agroalimentares, crescendo para os 6,6% em 2013.

As restantes classes denotam uma representatividade relativamente baixa. Das 13 classes seguintes, nenhuma ultrapassa os 4%, individualmente.

Tabela 5 Entradas de Agroalimentares por NC2

% do Total	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL (M EUR)	7 556,4	8 076,5	8 719,4	8 500,2	8 850,6
03 - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	15,4	15,9	15,8	15,6	14,4
02 - Carnes e miudezas comestíveis	10,6	10,0	9,1	9,3	10,1
10 - Cereais	8,1	7,9	9,5	9,8	8,5
12 - Sementes/frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas etc	5,9	6,4	6,4	7,2	7,4
15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; ceras. etc.	4,7	5,4	7,0	6,7	6,8
08 - Frutas; cascas de citrinos e de melões	6,1	6,4	5,5	5,3	6,0
04 - Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural	7,1	6,5	5,9	6,1	5,9
19 - Preparações de cereais, leite; produtos de pastelaria	5,5	5,5	5,1	5,2	5,2
22 - Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	5,3	5,1	4,7	4,5	4,7
17 - Açúcares e produtos de confeitaria	3,8	3,1	3,6	3,4	3,9
07 - Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis	3,5	3,9	3,5	3,3	3,8
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos p/animais	4,0	4,0	4,1	4,3	3,8
21 - Preparações alimentícias diversas	4,6	4,4	4,1	3,8	3,7
20 - Preparações de produtos hortícolas, frutas	3,5	3,5	3,3	3,2	3,2
16 - Prep. de carnes, peixes/crustáceos, de moluscos/outros invertebrados aquáticos	2,6	2,5	2,5	2,6	3,0
Outros	9,5	9,4	9,7	9,7	9,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da AICEP (2014a)

No caso das entradas de bens, a segmentação do seu volume abrange um leque maior de classes, comparativamente às exportações em NC2. Assim, 53,2% das importações de bens agroalimentares dizem respeito às seguintes classes (por ordem decrescente do volume importado):

03 - Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos;

02 - Carnes e miudezas comestíveis;

10 – Cereais;

12 - Sementes/frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas, etc.;

15 - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; ceras, etc.;

08 - Frutas; cascas de citrinos e de melões.

As primeiras duas classes representam 24,5% dos produtos agroalimentares mais importados, sendo que as suas variações foram ligeiras nos últimos anos (não ultrapassando um ponto percentual de oscilação), aparentando contudo uma tendência diminutiva em ambas as classes.

Por seu turno, as entradas de mercadorias das classes 12 e 15 têm ampliado ao longo do período de análise. No que concerne a Sementes (12) testemunha-se um crescimento de 5,9% em 2009 para 7,4% em 2013. No caso das gorduras e óleos animais ou vegetais, o seu crescimento foi um pouco superior, dado que em 2009 representava 4,7% do total das importações neste setor, e em 2013 ascendeu para 7,4%.

Todas as restantes classes não ultrapassam os 6% individualmente sobre o total das importações deste setor de atividade.

Tabela 6 Entradas de Agroalimentares por NC4

% do Total	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL (M EUR)	7 556,4	8 076,5	8 719,4	8 500,2	8 850,6
1005 - Milho	2,9	3,2	4,3	4,5	4,2
1201 - Soja, mesmo triturada	3,7	3,5	2,9	3,3	3,9
0303 - Peixes congelados excepto os filetes e carne de peixe da pp 0304	4,1	4,0	3,8	4,0	3,8
0201 - Carnes de animais bovinos, frescas ou refrigeradas	3,9	3,8	3,4	3,5	3,8
1905 - Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	3,2	3,4	3,2	3,3	3,3
0203 - Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas	3,5	2,9	2,7	3,1	3,3
1509 - Azeite oliveira e suas fracções, mesmo refinado mas n/ quimicamente modificado	2,0	2,1	1,9	2,3	3,2
0305 - Peixes secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pó e "pellets" de peixe, etc	3,1	3,4	3,8	3,7	3,2
1701 - Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicam. pura, no estado sólido	2,9	2,3	2,9	2,7	3,2
1001 - Trigo e mistura de trigo com centeio	3,4	3,2	3,5	4,0	2,9
0302 - Peixes frescos/refrigerados, exc filetes peixe e outra carne peixe da pp 0304	2,7	2,7	2,6	2,7	2,7
2309 - Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5
0901 - Café, mesmo torrado ou descafeinado	1,9	2,0	2,5	2,5	2,1
0103 - Animais vivos da espécie suína	1,8	2,1	2,0	1,8	1,9
2106 - Preparações alimentícias, não especificadas, nem compreendidas noutras pp	2,5	2,3	2,1	1,9	1,8
Outros	56,0	56,6	56,1	54,3	54,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da AICEP (2014a)

À semelhança do que acontece na distribuição do volume de bens agroalimentares exportados em NC4, também no que toca às importações distribuídas pela mesma nomenclatura combinada, verifica-se pouca expressividade de cada classe em amostra.

Desta tabela, destacam-se como mais importadas as seguintes classes:

1005 – Milho;

1201 - Soja, mesmo triturada;

0303 - Peixes congelados exceto os filetes e carne de peixe;

0201 - Carnes de animais bovinos, frescas ou refrigeradas.

Estas quatro classes, no seu conjunto, em 2013 representaram 15,7% do total das entradas de bens agroalimentares, sendo que individualmente rondam os 4%, aproximadamente. O Milho foi a classe que apresentou a maior oscilação no volume importado, pois em 2009 tinham entrado em Portugal 217 milhões de euros de milho, equivalente a 2,9% do total, e em 2013 foram gastos 370 milhões de euros na aquisição de milho externo, significando 4,2% da globalidade das importações deste setor. Todas as restantes classes estão abaixo dos 3,5%.

Tabela 7 Posição e Quota de Portugal nas Exportações Mundiais

	2009	2010	2011	2012	2013
Agroalimentares					
Posição	38	42	42	42	38
Quota (%)	0,48	0,46	0,45	0,44	0,47
Agrícolas					
Posição	43	46	48	47	46
Quota (%)	0,36	0,36	0,35	0,35	0,37
Alimentares					
Posição	29	35	33	36	35
Quota (%)	0,69	0,63	0,63	0,62	0,65

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da AICEP (2014a)

Portugal não é dos países com maior quota, mundialmente, nas exportações de bens agroalimentares. Como argumentos justificativos, torna-se necessário atender à dimensão geográfica do país, bem como à estrutura empresarial, com recursos e níveis produtivos mais limitados, comparativamente aos países mais competitivos do que Portugal, como é o caso dos EUA, Brasil, Alemanha, entre outros (maiores geográfica e demograficamente, e com recursos tecnológicos mais avançados).

Dentro dos produtos agroalimentares, o país ostenta a sua melhor quota de mercado mundial nas exportações de bens alimentares, situando-se em 2013 na 35ª posição, com 0,65% de quota.

Em termos mundiais, os principais exportadores de bens agroalimentares, em 2013, são os Estados Unidos da América (10% do total), os Países Baixos (7,1%), a Alemanha (5,9%), o Brasil (5,6%) e a França (5,4%).

Tabela 8 Posição e Quota de Portugal nas Importações do Principal Cliente de Agroalimentares

	2009	2010	2011	2012	2013
Cliente	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
Posição	6	5	5	5	5
Quota (%)	4,96	5,46	4,78	4,91	5,09

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da AICEP (2014a)

No caso concreto do principal cliente das exportações nacionais de produtos agroalimentares, verifica-se que Portugal, com 5,09% de quota em 2013, ocupa o quinto lugar dos

principais fornecedores de bens agroalimentares para a Espanha, sendo ultrapassado pela França (16,8% do total), a Alemanha (6,7%), os Países Baixos (6,6%) e o Brasil (5,9%). Este valor superior de quota relativamente ao país vizinho justifica-se pelo facto de estarem geograficamente mais próximos e pelo facto de se tratar de produtos agroalimentares altamente perecíveis, justificando-se assim também a quota de fornecimento da França relativamente à Espanha.

3.3.2. Vantagens comparativas reveladas

A fim de revelar a existência de vantagens comparativas no setor agroalimentar, foram recolhidos dados do mapa de comércio do *International Trade Centre* (ITC), nomeadamente as exportações e importações de Portugal e do Mundo. O Índice de Balassa (IB) foi calculado para os anos de 2001, 2005, 2010 e 2013, segundo a estratificação das mercadorias em NC2 para a globalidade dos produtos do setor, e segundo a categoria NC4 para os quinze produtos mais exportados e importados. São também apresentados, tanto para as exportações como para as importações, as classes de produtos que representam os dez valores mais elevados e os dez valores mais baixos do IB, e ainda as classes de produtos que, apesar de não terem um impacto relevante na sua exportação/importação, figuram vantagens comparativas elevadas relativamente aos restantes produtos nacionais.

Tabela 9 Índice de Balassa - Exportações por NC2

NC2	2001	2005	2010	2013
01	0,4	1,0	1,3	1,7
02	0,1	0,1	0,4	0,5
03	1,3	1,7	2,7	2,1
04	1,1	1,4	1,7	1,4
05	1,4	1,6	2,7	2,7
06	0,4	1,2	1,2	0,9
07	0,8	1,0	1,2	1,3
08	0,8	0,9	1,4	1,3
09	0,5	0,4	0,5	0,6
10	0,1	0,3	0,2	0,1
11	0,2	0,4	0,6	0,6
12	0,3	0,5	0,3	0,2
13	0,6	0,6	0,7	0,3
14	0,3	0,3	0,8	0,3
15	1,5	1,6	1,5	2,1
16	1,4	1,9	2,2	2,5
17	0,7	1,0	1,4	1,4
18	0,1	0,1	0,1	0,2
19	0,8	1,3	1,7	1,8
20	1,4	1,6	2,5	2,4
21	0,8	0,9	1,0	0,8
22	3,6	3,9	4,3	3,8
23	0,6	0,4	0,5	0,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Nota: Os valores superiores a 1 estão sombreados

O setor agroalimentar apresenta vantagens comparativas reveladas na exportação dos produtos das classes dos Peixes e crustáceos (03), do Leite e laticínios (04), de Outros produtos de origem animal (05), das Gorduras e óleos animais e vegetais (15), da Preparação de carnes e peixes (16), da Preparação de produtos hortícolas e frutas (20) e das Bebidas (22). Como o índice de vantagens comparativas reveladas, representado pelo IB, mede a intensidade da especialização do comércio internacional de Portugal relativamente ao mundo, indica-nos a estrutura relativa das exportações ao longo do tempo e utiliza o peso de um dado setor nas exportações mundiais para normalizar o peso das exportações desse mesmo setor. Grosso modo, e comparando os anos de 2001 e 2013 verificamos que o IB apresenta uma tendência crescente em todas as classes consideradas, justificando também a importância crescente deste setor.

Este setor revela-se como fortemente especializado nas exportações em termos mundiais da classe 22 – Bebidas, líquidos e vinagres, tal como foi visto anteriormente sobre esta classe ser a que desempenha o maior contributo nas saídas de bens agroalimentares.

Nas classes como os Animais vivos (01) e os Açúcares e produtos de confeitaria (17) demonstra-se um ganho de notoriedade ao nível da especialização das exportações nacionais, tendo-se revelado como vantagem comparativa a partir de 2010, sendo que o primeiro apresenta um nível de crescimento maior, apesar de representar somente 2% das exportações totais do setor.

A classe 18, correspondente ao Cacau, enuncia-se como a classe onde Portugal apresenta a maior desvantagem competitiva, apresentando um IB bastante inferior a 1.

Tabela 10 Índice de Balassa - Exportações por NC4

NC4	2001	2005	2010	2013
'0203	0,1	0,1	0,7	1,1
'0302	1,8	2,2	3,1	2,4
'0303	1,4	1,5	2,2	2,5
'0307	1,3	2,0	5,9	4,4
'0401	4,6	6,1	5,5	4,6
'1509	6,1	5,2	12,6	19,6
'1601	3,5	4,6	5,8	6,3
'1604	2,8	3,5	4,2	4,4
'1701	1,0	1,5	1,8	2,0
'1901	0,5	0,4	1,5	1,8
'1905	1,3	1,9	2,3	2,3
'2002	11,2	11,7	15,0	15,4
'2202	1,0	0,9	2,1	2,2
'2203	2,0	3,5	6,2	5,7
'2204	8,5	8,6	9,0	8,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Nota: Os 5 valores mais elevados para cada ano estão sombreados

Na presente tabela estão expostas as 15 classes em NC4 que registam maiores saídas, sendo que a sombreado se encontram os cinco valores mais elevados do IB para cada ano em análise. Assim, verifica-se um nível superior de especialização nas exportações das seguintes classes:

1509 – Azeite oliveira e suas frações, mesmo refinado mas não quimicamente modificado;

2002 – Tomates preparados ou conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético;

2204 – Vinhos de uvas frescas.

Esta última classe é efetivamente a classe onde Portugal regista a segunda maior vantagem comparativa das suas exportações para o Mundo, sendo, como já dito anteriormente, a classe que mais incentiva o crescimento da Balança Comercial deste setor de atividade.

A classe dos tomates preparados ou conservados (2002) representa o maior nível de especialização, indicando um IB em franco crescimento ao longo do período de análise, sendo superior a 15 em 2013. Contudo, esta classe apenas contribui em 3,8% do total das exportações do setor (a classe anterior, dos vinhos, contribui com 14,1%).

Destaca-se ainda o exponencial crescimento do IB da classe 1509 (Azeite), tendo passado de 6,07 em 2001 para 19,63 em 2013, evidenciando uma forte vantagem comparativa relativamente aos restantes produtos.

Olhando para os dados do Banco Mundial, entre 1986 e 2011 apesar de as exportações terem aumentado 5 pontos percentuais (pp), de 26% para 31%, Portugal permanecia muito distante da média dos países da sua dimensão, 44%. Desde 2010 as exportações cresceram 9 pp para 40% do PIB (Banco Mundial, 2013), tendo-se assim assistido a um aumento considerável do volume total de exportações. Segundo um artigo publicado no jornal de negócios em 19 de fevereiro de 2014² o setor do vinho subiu as exportações pelo quarto ano consecutivo, “tendo aumentado em 2,4% as exportações em 2013 face ao ano anterior, fechando o ano com receitas de 725 milhões de euros”. Relativamente ao azeite, é de conhecimento nacional o facto de termos azeite de qualidade pelas excelentes condições climáticas adaptadas à cultura, pela diversidade de variedades e sua localização em todo o território, pelo crescente surgimento e instalação de olivais novos, intensivos e super intensivos, com um perfil mais produtivo, aliado à modernização do olival tradicional, reveladores de dinâmicas empresariais mais orientadas para o mercado; bem como o facto de a excelência dos azeites portugueses ter vindo a ser reconhecida e a ser distinguida com um elevado número de prémios internacionais, assim como a aposta crescente no marketing e na promoção do mesmo além-fronteiras.

² http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/agricultura/vinho/detalhe/sector_vinicola_exportou_mais_24_em_2013.html

Tabela 11 Índice de Balassa - Por ordem decrescente e crescente (Exportações)

IB por ordem decrescente					IB por ordem crescente				
NC4	2001	2005	2010	2013	NC4	2001	2005	2010	2013
'1509	6,1	5,2	12,6	19,6	'2305	0,0	0,0	0,0	0,0
'2002	11,2	11,7	15,0	15,4	'1203	0,0	0,0	0,0	0,0
'2307	3,1	9,1	4,5	10,0	'0502	0,0	0,0	0,0	0,0
'2204	8,5	8,6	9,0	8,0	'1403	0,0	0,0	0,0	0,0
'1601	3,5	4,6	5,8	6,3	'1803	0,0	0,0	0,0	0,0
'1520	0,0	0,0	2,9	6,2	'0814	0,5	0,0	0,0	0,0
'2203	2,0	3,5	6,2	5,7	'0501	0,0	0,0	0,0	0,0
'1522	0,3	0,9	0,6	5,6	'0507	0,0	0,0	0,0	0,0
'0504	3,0	2,3	4,5	4,8	'0510	0,0	0,8	0,0	0,0
'0401	4,6	6,1	5,5	4,6	'0509	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Tendo por base o ano de 2013, foram organizadas as classes de produtos consoante os dez produtos que apresentam os maiores e os menores valores no IB no que respeita às exportações, como se ilustra acima. Dos produtos responsáveis pelas maiores vantagens comparativas relativas sobre os restantes produtos exportados, destacam-se os seguintes:

1509 – Azeite de oliveira (oliva) e respetivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados;

2002 – Tomates preparados ou conservados, exceto em vinagre ou em ácido acético;

2307 – Borrás de vinho; tártaro em bruto;

2204 – Vinhos de uvas frescas, incluindo os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas, excluindo os da posição 20.09.

Como se pode constatar, as classes 1509, 2002 e 2204 registam volumes exportados elevados, sendo apenas a classe das Borrás de vinho e tártaro em bruto (2307) aquela que apresenta um valor elevado no IB (10,0 em 2013), representando, assim, uma forte vantagem comparativa na sua exportação, mas não tendo, porém, grande expressividade no volume total de exportações deste setor de atividade (0,01% em 2013). Isto indica também que poderia ser um produto a apostar em Portugal e assim o país aproveitaria as suas vantagens comparativas. Os dados revelam-nos ainda que o facto de termos um IB elevado numa categoria de produto não significa que a quota de exportação do mesmo também ela o seja, pois no total de exportações mundiais, a quota poderá ser relativamente baixa e isso está diretamente relacionado com o volume de produção de cada categoria de produto.

No que toca às classes que apresentam as desvantagens comparativas maiores, observa-se que na sua generalidade atingem todas o limite mínimo do IB, e o seu contributo no volume de exportações deste setor é também diminuto.

Tabela 12 Índice de Balassa - Outros produtos exportados

NC4	Exportações - % S. Agro.				Índice de Balassa			
	2001	2005	2010	2013	2001	2005	2010	2013
'0408	0,24	0,11	0,34	0,26	3,4	2,0	6,4	4,4
'0604	0,03	0,64	0,62	0,14	0,2	5,5	8,1	2,2
'1208	0,34	0,31	0,09	0,32	5,4	3,7	1,6	3,1
'2102	0,58	0,50	0,48	0,33	4,1	4,2	4,8	3,3
'2307	0,02	0,01	0,00	0,01	3,1	9,1	4,5	10,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Na tabela 12 estão expostas algumas classes de bens agroalimentares que apresentam um IB elevado, ou seja, detentoras de francas vantagens comparativas na sua exportação face aos restantes produtos nacionais, sendo, contudo, o seu peso relativo no total das exportações notoriamente residual.

As classes ilustradas são:

0408 – Ovos de aves, sem casca, e gemas de ovos, frescos, secos, cozidos em água ou vapor, moldados, congelados ou conservados de outro modo, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes;

0604 – Folhagem, folhas, ramos e outras partes de plantas, sem flores nem botões de flores, e ervas, musgos e líquenes, para ramos ou para ornamentação, frescos, secos, branqueados, tingidos, impregnados ou preparados de outro modo;

1208 – Farinhas de sementes ou de frutos oleaginosos, exceto farinha de mostarda;

2102 – Leveduras (vivas ou mortas); outros microrganismos monocelulares mortos (exceto as vacinas da posição 30.02); pós para levedar, preparados;

2307 – Borrás de vinho; tártaro em bruto.

Índice de Balassa para as importações

De seguida, à semelhança do que foi elaborado por Amador et al. (2007), será calculado o Índice de Balassa para as importações do setor agroalimentar. A apresentação segue a mesma ordem de ideias do exposto anteriormente para as exportações. Assim, é readaptada a sua fórmula, assumindo agora o seguinte aspeto:

$$IB_j = \frac{\frac{M_{ij}}{M_{it}}}{\frac{M_{wj}}{M_{wt}}} \quad (2)$$

Onde M_{ij} representa o valor das importações do país i do produto j , M_{it} é o valor total das importações desse país, M_{wj} corresponde ao valor das importações mundiais do produto j , e M_{wt} é o valor total das importações mundiais.

Em termos interpretativos, quando o índice assume valores superiores a 1, revela-se que o país é classificado como sendo um importador, em termos relativos, mais forte de certo produto.

Tabela 13 Índice de Balassa - Importações por NC2

NC2	2001	2005	2010	2013
01	1,3	1,1	1,1	1,3
02	1,0	1,0	1,0	1,0
03	1,8	1,8	1,7	1,6
04	0,9	0,9	0,9	0,8
05	0,8	0,7	0,7	0,7
06	0,5	0,6	0,6	0,4
07	0,8	0,7	0,6	0,6
08	1,0	0,8	0,7	0,7
09	0,6	0,5	0,6	0,7
10	1,1	1,2	0,8	0,8
11	0,3	0,4	0,4	0,6
12	1,1	1,2	0,8	0,8
13	0,5	0,4	0,4	0,3
14	0,2	0,2	0,2	0,4
15	0,7	0,8	0,6	0,8
16	0,5	0,6	0,7	0,8
17	0,9	0,9	0,7	0,9
18	0,8	0,7	0,5	0,5
19	1,1	1,1	1,1	1,0
20	0,6	0,6	0,7	0,7
21	0,8	0,7	0,8	0,7
22	0,8	0,6	0,5	0,5
23	1,1	0,9	0,6	0,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Nota: Os valores superiores a 1 estão sombreados

Observando o nível de entradas de bens agroalimentares estrangeiros segundo a desagregação dos produtos em 2 dígitos, verifica-se que Portugal é um importador com uma presença relativa forte nas seguintes classes:

01 – Animais vivos;

02 – Carnes;

03 – Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos;

19 – Preparações de cereais, leite; produtos de pastelaria.

O setor agroalimentar lusitano não evidencia vantagens comparativas notórias face à sua força importadora, destacando-se o seu peso apenas nas classes dos Animais vivos (01), das Carnes (02) e dos Peixes (03), sendo que nenhuma destas vantagens é igual ou superior a 2.

Destas classes de produtos, enfatiza-se o nível superior do IB no caso dos Peixes (03), ou seja 1,6 em 2013, representando uma predominância portuguesa maior na importação deste tipo de mercadoria relativamente aos restantes produtos. Este indicador confirma o que havia sido

exposto na análise descritiva do comércio internacional do setor agroalimentar, visto tratar-se da classe de produtos com maior representatividade no campo das importações deste setor, representando aproximadamente 1 300 milhões de euros, ou seja 14,4% do total das importações do setor, em 2013.

Tabela 14 Índice de Balassa - Importações por NC4

NC4	2001	2005	2010	2013
'0103	9,4	7,1	10,1	12,4
'0201	2,1	2,8	4,5	5,3
'0203	2,9	2,3	2,6	3,3
'0302	3,2	3,4	4,0	4,9
'0303	3,7	4,5	4,2	4,9
'0305	17,7	16,6	14,3	17,4
'0901	1,6	1,2	1,7	2,3
'1001	2,1	2,4	2,0	1,7
'1005	2,4	2,6	2,7	3,2
'1201	2,7	2,3	1,7	1,8
'1509	0,0	0,2	0,2	0,6
'1701	0,1	0,1	0,1	0,1
'1905	0,1	0,1	0,1	0,1
'2106	0,1	0,1	0,1	0,0
'2309	0,2	0,1	0,3	0,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Nota: Os 5 valores mais elevados para cada ano estão sombreados

À semelhança do que foi ilustrado no caso das exportações em NC4, na tabela 14 estão indicadas as 15 classes de produtos mais importados por Portugal, estando a sombreado os cinco valores mais elevados do IB para cada ano em estudo.

Portugal apresenta-se como um importador relativamente mais forte nas classes:

0103 – Animais vivos da espécie suína;

0201 – Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas;

0302 – Peixes frescos ou refrigerados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixes da posição 0304;

0303 – Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixes da posição 0304;

0305 – Peixes secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pó e "pellets" de peixe, etc.

A classe dos Peixes secos, salgados ou em salmoura (0305) representa o tipo de produto que Portugal é mais forte em termos de importação, apesar de representar somente 3,2% do valor total das importações de bens agroalimentares.

Quanto ao Milho (1005), produto mais importado por Portugal em termos de volume e contribuição no nível de importações de bens agroalimentares (371 milhões de euros e 4,2%, respetivamente, em 2013), não atribui ao país a designação de país mais especializado na importação deste bem.

Por fim, as classes 1905 (Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos) e 2106 (Preparações alimentícias, não especificadas, nem compreendidas noutras posições) correspondem às classes que menos relevam a importância relativa das importações portuguesas face aos restantes bens, apresentando valores próximos de zero no IB, e contribuindo apenas com 3,3% e 1,8%, respetivamente, no total do volume importado de bens agroalimentares.

Tabela 15 Índice de Balassa - Por ordem decrescente e crescente (Importações)

IB por ordem decrescente					IB por ordem crescente				
NC4	2001	2005	2010	2013	NC4	2001	2005	2010	2013
'1508	64,0	147,0	126,1	234,0	'0509	1,2	3,3	0,0	0,0
'1603	56,8	85,7	124,4	220,2	'1402	6,9	9,0	0,0	0,0
'1903	233,7	319,5	270,6	218,5	'0503	0,1	0,3	0,0	0,0
'1506	22,5	27,4	184,7	97,9	'2304	0,0	0,0	0,0	0,0
'1522	107,5	136,7	88,8	96,9	'2306	0,0	0,0	0,0	0,0
'2305	36,4	47,7	59,1	70,4	'1401	0,1	0,0	0,0	0,0
'2308	81,1	83,9	80,1	66,9	'0510	0,0	0,0	0,0	0,0
'2307	78,6	160,0	75,0	65,7	'1801	0,0	0,0	0,0	0,0
'1510	27,5	21,4	44,8	53,2	'0507	0,0	0,0	0,0	0,0
'1802	7,5	7,3	21,1	33,8	'0205	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Apresentando agora a mesma orientação do que foi enunciado no campo do Índice de Balassa para as exportações do setor agroalimentar português, foram organizadas, a partir do ano de 2013, as classes de produtos consoante os dez produtos que apresentam os maiores e os menores valores no IB no que respeita às importações, cujos resultados são apresentados na tabela 15.

Desta tabela, destacam-se as seguintes classes de produtos agroalimentares, que representam os valores mais elevados do IB:

1508 – Óleo de amendoim e respetivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados;

1603 – Extratos e sucos de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos;

1903 – Tapioca e seus sucedâneos preparados a partir de féculas, em flocos, grumos, grãos, pérolas ou formas semelhantes.

Em 2013, Portugal teve uma especialização forte na importação destes produtos, em termos relativos, mas apesar disso, estas classes não representam volumes significativos no total das importações nacionais. Apenas pode significar que Portugal não os detém internamente e necessita de os importar para compensar estas falhas internas. Todavia, não o faz num volume considerável face a outros demais produtos importados que justifique um peso significativo no

seu volume total de importações. No que respeita aos valores mínimos do IB respeitante às vantagens comparativas das importações, as classes ilustradas não são relevantes tanto ao nível do seu peso relativo nas importações deste setor, como face ao volume total importado.

Tabela 16 Índice de Balassa - Outros produtos importados

NC4	Exportações - % S. Agro.				Índice de Balassa			
	2001	2005	2010	2013	2001	2005	2010	2013
'1903	0,92	1,08	0,80	0,61	233,7	319,5	270,6	218,5
'2105	1,41	1,61	2,28	1,85	9,0	9,8	15,2	16,2
'2201	1,15	1,17	1,67	1,34	5,2	5,7	12,1	11,4
'2305	0,24	0,15	0,38	0,53	36,4	47,7	130,2	297,5
'2307	0,23	0,13	0,05	0,04	78,6	160,0	75,0	65,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ITC (2014)

Na tabela 16 expõem-se algumas classes de bens agroalimentares que apresentam um IB elevado, ou seja, produtos pelos quais Portugal ostenta elevadas vantagens comparativas na sua importação, apesar do seu peso relativo no total das importações totais deste setor não ser significativo, complementando assim a análise já realizada à tabela 15, e as mesmas considerações relativamente a estes produtos podem ser feitas tendo por base a análise já anteriormente efetuada.

As classes ilustradas são:

1903 – Tapioca e seus sucedâneos preparados a partir de féculas, em flocos, grumos, grãos, pérolas ou formas semelhantes;

2105 – Sorvetes, mesmo que contenham cacau;

2201 – Águas, incluindo as águas minerais, naturais ou artificiais, e as águas gaseificadas, não adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes nem aromatizadas; gelo e neve;

2305 – Bagaços e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em pellets, da extração do óleo de amendoim;

2307 – Borrás de vinho; tártaro em bruto.

3.4. Resultados

O setor agroalimentar é formado maioritariamente por PME (96,8%), onde se destacam as pequenas e microempresas. Verificou-se uma redução continuada do número de empresas criadas a partir de 2008, tendo sido esta tendência revertida em 2010, passando de uma taxa de natalidade de 12,7% em 2010, para 14,7% em 2012.

Com 2 580 milhões de euros registados em 2012, este setor é responsável por 16% do valor acrescentado bruto valor da indústria transformadora portuguesa.

Apesar do franco crescimento das exportações portuguesas, a balança comercial do setor agroalimentar apresenta um saldo deficitário, apesar de a taxa de cobertura das importações pelas exportações ter vindo a evoluir positivamente. Neste setor, os bens mais exportados são as bebidas, os peixes e as gorduras e óleos animais e vegetais. Por seu turno, os bens mais importados são predominantemente os peixes, as carnes e os cereais, segundo os valores indicados pelo IB. Não deixa contudo de ser curioso o facto de Portugal apresentar vantagem comparativa ao nível dos peixes, quer em termos de exportações como em termos de importações. Este facto pode contudo dever-se às quotas de pescado impostas pela Comissão Europeia, que justifique este indicador neste tipo de produto.

Portugal não é dos países com maior quota nas exportações de bens agroalimentares, estando em 2013 na 38ª posição, com 0,47% de quota de mercado mundial, sendo o mercado predileto a Espanha, para onde vão 30% das exportações portuguesas.

Através da estimação do Índice de Balassa para as exportações e importações dos principais produtos agroalimentares, foram determinadas vantagens comparativas fortes na exportação de Bebidas, líquidos e vinagres (22), sendo esta a classe que mais contribui nas exportações do setor em termos percentuais. O setor tem vindo a ganhar relevância nas classes dos Animais vivos (01) e dos Açúcares e produtos de confeitaria (17), tendo aumentado a sua vantagem comparativa ao nível mundial.

Observando as exportações de bens agroalimentares em NC4, destaca-se a classe dos tomates preparados ou conservados (2002) como o de maior nível de especialização. O Azeite (1509) tem registado um crescimento exponencial do IB, evidenciando uma forte vantagem comparativa, também justificado pela forte aposta promocional que tem vindo a ser realizada além-fronteiras, tal como exposto acima.

Quanto às importações, o Índice de Balassa revelou que Portugal é um importador bastante forte de Peixes (03). Este produto representa 14,4% das importações totais portuguesas de bens agroalimentares. Enfocando a análise para a desagregação em NC4, verifica-se que dentro da classe dos Peixes, são os Peixes secos, salgados ou em salmoura (0305) os que mais enfatizam a importância das importações portuguesas em termos mundiais.

4. Conclusão

O presente trabalho teve como principal objetivo a análise do setor agroalimentar quanto à sua estrutura e dinâmica empresarial e ao seu papel no comércio internacional, recorrendo ao Índice de Balassa para aferir quais os produtos agroalimentares nacionais que revelam vantagens comparativas.

Através da análise descritiva das principais rubricas nacionais, analisadas entre 2004 e 2012, foi ilustrado que a estrutura empresarial portuguesa tem assistido a um decréscimo da atividade económica entre 2008 e 2012. A partir de 2008, o aumento das falências foi sempre superior ao número de nascimentos empresariais, tendo sofrido um ligeiro abrandamento em 2012. Nesse ano, a taxa de destruição de emprego superou a taxa de criação de emprego, justificado pelo forte período de aperto a nível nacional sentido um pouco por todos os setores de atividade portugueses.

O volume de negócios do total das empresas nacionais, apesar das oscilações, registou um aumento de 20 260 milhões de euros. O setor agroalimentar registou um crescimento de 2 724 milhões de euros entre 2008 e 2012.

As PME representam 99,9% do tecido empresarial português, sendo que quase 96% das PME são microempresas. O mesmo acontece no setor agroalimentar, onde as microempresas representam 96,8% das PME, e apenas 34 são grandes empresas, em 2012. Contudo, são as médias e grandes empresas as grandes responsáveis pela maior contribuição no total do VAB. As médias empresas são responsáveis por 37,2%, e as grandes empresas por 29,5% do VAB total do setor, o que equivale a 18% e 14%, respetivamente, do VAB total da indústria transformadora nacional.

A balança comercial portuguesa do setor agroalimentar apresenta um saldo deficitário, mas a taxa de cobertura das importações pelas exportações tem evoluído positivamente. A Espanha é o país com quem Portugal tem uma relação comercial mais intensa, quer em termos de exportações como de importações, justificado sobretudo pela forte proximidade geográfica e dada a diversidade de relações comerciais existentes entre os dois países.

Portugal não é dos países com maior quota, mundialmente, nas exportações de bens agroalimentares, estando em 2013 na 35ª posição, com 0,65% de quota nas exportações de bens alimentares, mas não nos podemos esquecer da dimensão total do país face aos demais e para podermos concluir sobre uma quota relativamente baixa teríamos de efetuar comparações entre países cuja dimensão fosse similar.

Da avaliação feita às vantagens comparativas reveladas das exportações e importações de bens agroalimentares, o Índice de Balassa salienta as vantagens comparativas fortes na exportação de bebidas, líquidos e vinagre, sendo esta a classe que mais contribui nas exportações do setor em termos percentuais. A classe dos tomates preparados ou conservados e o azeite têm registado um crescimento exponencial do IB, evidenciando uma forte especialização do setor agroalimentar na exportação desses bens. Da imprensa nacional retiramos que vinhos e azeite têm sido produtos cuja promoção internacional em termos de marketing mais tem aumentado bem como são produtos que têm recebido muitos prémios nacionais e internacionais que por si os autopromovem a nível externo. Este facto pode assim também justificar o porque de se ter verificado de 2001 a 2013 um acréscimo significativo do IB associado a estes produtos nacionais.

No que respeita às importações, Portugal é um vigoroso importador de Peixes, especialmente de Peixes secos, salgados ou em salmoura, bem como de Animais vivos da espécie suína. O Milho, apesar de ser o produto mais importado por Portugal em termos de volume, não atribui ao país o papel de país mais especializado na importação deste bem. Ao invés, em 2013, o país teve uma especialização forte na importação de produtos como o Óleo de amendoim, os Extratos e sucos de carne, de peixe ou de crustáceos e a Tapioca apesar destes não representarem volumes significativos no total das importações no setor agroalimentar. Este peso não significativo apenas pode significar que o volume total de importações é elevado pelo facto de não serem produzidos internamente em quantidades suficientes, mas que no total de importações nacionais acaba por ficar esbatido.

Em suma, verifica-se que o crescimento da atividade produtiva e exportadora do setor agroalimentar português contribui positivamente para o incremento da competitividade e produtividade da economia nacional. Pode-se, então, concluir que este setor representa um papel fundamental na economia portuguesa, podendo também contribuir de algum modo para o êxodo da nação da crise económica e financeira em que tem persistido nos últimos anos.

Este trabalho poderá ser melhorado no futuro alargando a análise a outros setores para que seja possível perceber em termos de vantagens comparativas também o peso do setor agroalimentar face aos demais setores da economia nacional, bem como se poderá proceder a uma análise comparativa em termos Europeus apenas para este setor em específico. Isso iria ajudar a perceber o posicionamento relativo de Portugal neste setor em termos de comunidade Europeia.

Referências bibliográficas

AICEP. (2014a). Comércio Internacional Português do Setor Agroalimentar 2009-2014 (Janeiro a Julho). (Disponível em http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/ComercioInternacionalPortuguesdoSectordeAgro_Alimentares2006_2010.aspx).

AICEP. (2014b). Portugal - Indicadores Económicos - Evolução 2008-2014. (Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Economianet/IndicadoresEconomicos2014.pdf>).

AICEP (2014c). Glossário. (Disponível em <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Glossario/Paginas/Glossario.aspx>).

Amador, J., Cabral, S., Maria, J. (2007). International Trade Patterns over the Last Four Decades: How does Portugal Compare with other Cohesion Countries?. *Banco de Portugal, Working Paper 14*, ISBN 978-989-8061-11-9.

Balassa, B. (1965). Trade liberalization and “revealed” comparative advantage. *The Manchester School of Economic and Social Studies* 33 (2), 99–123.

Baldwin, R. (1971). Determinants of the Commodity Structure of U.S. Trade. *The American Economic Review* 61, 126-146.

Bhattacharyya, R. (2011). Revealed Comparative Advantage and Competitiveness: a Case Study for India in Horticultural Products. *International Conference On Applied Economics*, 21-28.

Bowen, H., Leamer, E., Sveikauskas, L. (1987). Multicountry, Multifactor Tests of the Factor Abundance Theory. *American Economic Review* 77, 791-809.

Davis, D., Weinstein D. (2001). An Account of Global Factor Trade. *American Economic Review*, 91 (5), 1423-1453.

FIPA. (2014) Dados estatísticos do setor. (Disponível em <http://www.fipa.pt/sector/sector.php?tema=2>).

FoodDrinkEurope. (2014). Data & Trends of the European Food and Drink Industry – 2013-2014. (Disponível em

http://www.fooddrinkeurope.eu/uploads/publications_documents/Data_Trends_of_the_European_Food_and_Drink_Industry_2013-20141.pdf).

Heckscher, E. (1919). The Effects of Foreign Trade on the Distribution of Income. *Ekonomisk Tidskrift* 21, 497-512.

IAPMEI. (2007). Definição de PME. (Disponível em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1790>).

INE, I.P. (2013). Nomenclatura Combinada 2014. ISBN 978-989-25-0220-5. (Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=209617019&PUBLICACOESmodo=2).

INE, I.P. (2014a). Empresas em Portugal 2012. ISBN 978-989-25-0261-8. (Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=210758098&PUBLICACOESmodo=2).

INE, I.P. (2014b). (Acedido em novembro de 2014) Informação Estatística – Dados Estatísticos – Principais Indicadores. (Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_princindic).

ITC. (2014) (Acedido em novembro de 2014). Trade Map. (Disponível em http://www.trademap.org/Product_SelProduct_TS.aspx).

Krugman, P. (1990). Rethinking International Trade. *Cambridge, MA: MIT Press*.

Leontief, W. (1953). Domestic Production and Foreign Trade: The American Capital Position Re-examined. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 97, 332-49.

Liesner, H. (1958). The European common market and British industry. *Economic Journal* 68, 302–16.

Mata, José. (2010). Economia da Empresa. *Fundação Calouste Gulbenkian*, ISBN: 978-972-31-1299-3.

Muendler, M. (2007). Balassa (1965) Comparative Advantage by Sector of Industry, Brazil 1986-2001. *University of California, San Diego*.

OCDE (2010). The OECD Structural and Demographic Business Statistics (SDBS). *OECD*, ISBN 978-92-64-07288-6. (Disponível em <http://www.oecd.org/std/business-stats/structuralanddemographicbusinessstatisticsdbsoecd.htm>)

Ohlin, B. (1924). Handels Teori. *Stockholm: AB Nordiska Bokhandeln*.

Ohlin, B. (1933). Interregional and International Trade. *Harvard University Press, Cambridge*.

Porter, M. (1990). The Competitive Advantage of Nations. *The Free Press: New York MacMillan*.

Ricardo, D. (1817). On the Principles of Political Economy, and Taxation. *London: John Murray*.

Romalis, J. (2004). Factor Proportions and the Structure of Commodity Trade. *American Economic Review* 94 (1), 67-97.

Smith, A. (1776). Wealth of Nations. *London: Penguin Books*.

Smith, A. (2010). The competitive advantage of nations: is Porter's Diamond Framework a new theory that explains the international competitiveness of countries?. *Southern African Business Review* 14 (1), 105-130.

Utkulu, U., Seymen, D. (2004). Revealed Comparative Advantage and Competitiveness: Evidence for Turkey vis-à-vis the EU/15, *European Trade Study Group*.

Vernon, R. (1966). International investment and international trade in the product cycle. *Quarterly Journal of Economics* 80 (2), 190-207.

Yu, R., Cai, J., Leung, P. (2009). The Normalized Revealed Comparative Advantage Index. *The Annals of Regional Science* 43, 267-282.

Anexos

Tabela 17 Indicadores Económicos e Patrimoniais das Empresas: Nacional

		Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de empresas	Total	Nº	1 084 928	1 121 529	1 143 648	1 206 116	1 235 093	1 198 781	1 144 150	1 112 000	1 062 782
	Microempresas	Nº	1 035 694	1 072 267	1 092 948	1 154 444	1 183 276	1 149 325	1 096 155	1 066 065	1 020 994
	Pequenas Empresas	Nº	42 352	42 439	43 754	44 524	44 610	42 590	41 308	39 400	35 736
	Médias Empresas	Nº	5 997	5 953	6 055	6 223	6 276	5 970	5 792	5 637	5 222
	Grandes Empresas	Nº	885	870	891	925	931	896	895	898	830
Taxa de Natalidade	Total	%	13,2	13,6	14,3	15,4	14,5	12,4	11,9	12,4	12,5
Taxa de Mortalidade	Total	%	10,4	12,1	11,0	12,6	14,9	15,7	15,4	18,5	
Taxa de Criação de Emprego	Total	%	5,2	5,1	5,6	6,0	5,7	4,8	4,5	4,7	4,7
Taxa de Destruição de Emprego	Total	%	4,4	5,3	4,6	5,4	6,3	6,9	6,8	8,2	7,4
Pessoal ao serviço	Total	Nº	3 670 147	3 735 121	3 819 940	3 973 458	4 063 965	3 938 491	3 843 268	3 735 340	3 511 666
	Microempresas	Nº	1 648 016	1 710 011	1 720 908	1 792 301	1 823 800	1 775 523	1 710 671	1 667 591	1 580 969
	Pequenas Empresas	Nº	798 119	798 332	824 266	840 236	841 153	801 151	778 710	743 511	675 989
	Médias Empresas	Nº	567 476	565 635	578 873	599 002	605 501	574 927	556 619	541 230	505 365
	Grandes Empresas	Nº	656 536	661 143	695 893	741 919	793 511	786 890	797 268	783 008	749 343
Volume de negócios	Total	M EUR	305 611	316 708	332 311	358 406	372 345	340 846	356 390	347 280	325 870
	Microempresas	M EUR	82 992	86 917	89 153	93 474	94 521	88 585	90 546	85 397	78 850
	Pequenas Empresas	M EUR	70 642	71 797	75 947	87 051	90 661	81 828	84 321	82 889	78 486
	Médias Empresas	M EUR	67 054	67 937	70 565	77 109	81 691	72 919	77 953	76 549	71 083
	Grandes Empresas	M EUR	84 923	90 057	96 646	100 772	105 473	97 515	103 570	102 446	97 451
Produção	Total	M EUR	206 000	214 373	225 245	245 563	255 563	232 306	243 590	238 985	223 100
	Microempresas	M EUR	51 113	54 154	55 244	58 260	58 758	54 446	55 758	51 980	46 108
	Pequenas Empresas	M EUR	43 292	43 992	46 493	55 745	57 522	52 369	52 260	51 220	48 605
	Médias Empresas	M EUR	43 391	45 129	47 217	52 244	54 424	48 916	52 584	51 069	48 047
	Grandes Empresas	M EUR	68 204	71 099	76 292	79 314	84 859	76 575	82 989	84 716	80 340
VAB	Total	M EUR	76 412	78 260	82 166	89 307	90 779	87 329	88 245	82 242	75 969
	Microempresas	M EUR	20 325	21 598	22 387	24 023	24 495	23 258	22 721	20 458	18 325
	Pequenas Empresas	M EUR	15 687	15 990	17 078	18 805	19 240	18 595	18 145	17 415	15 716
	Médias Empresas	M EUR	15 310	15 551	16 271	17 876	18 388	17 276	18 379	16 644	15 538
	Grandes Empresas	M EUR	25 090	25 121	26 430	28 603	28 656	28 200	29 000	27 725	26 390

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2014b)

Tabela 18 Indicadores Económicos e Patrimoniais das Empresas: Indústria Agroalimentar

		Unidade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de empresas	Total	Nº	11 038	11 125	11 207	11 345	11 430	11 191	10 850	10 726	10 485
	Microempresas	Nº	8 910	9 016	8 984	9 092	9 177	8 954	8 595	8 510	8 433
	Pequenas Empresas	Nº	1 765	1 752	1 868	1 874	1 880	1 887	1 912	1 867	1 719
	Médias Empresas	Nº	323	319	317	338	335	313	306	311	299
	Grandes Empresas	Nº	40	38	38	41	38	37	37	38	34
Taxa de Natalidade	Total	%	14,1	13,7	13,6	12,7	16,6	13,7	12,7	14,1	14,7
Taxa de Mortalidade	Total	%	11,3	11,6	11,1	12,9	13,1	14,1	13,8	17,6	
Taxa de Criação de Emprego	Total	%	2,6	2,1	2,8	2,7	2,9	2,3	2,4	2,3	1,7
Taxa de Destruição de Emprego	Total	%	4,6	5,0	4,3	5,0	6,3	6,8	6,0	7,9	
Pessoal ao serviço	Total	Nº	109 055	108 931	110 466	113 095	113 473	110 724	110 057	109 038	104 209
	Microempresas	Nº	23 353	23 909	23 766	24 073	24 379	23 967	23 080	22 683	22 259
	Pequenas Empresas	Nº	34 833	34 520	36 658	36 540	36 422	36 781	37 146	35 658	33 030
	Médias Empresas	Nº	32 545	32 625	32 438	32 913	33 388	31 534	31 234	30 874	30 134
	Grandes Empresas	Nº	18 324	17 877	17 604	18 444	19 284	18 442	18 597	19 823	18 786
Volume de negócios	Total	M EUR	11 875	12 074	12 564	13 888	15 248	14 064	13 980	14 718	14 600
	Microempresas	M EUR	1 027	1 134	1 141	1 223	1 306	1 254	1 217	1 212	1 234
	Pequenas Empresas	M EUR	2 631	2 696	2 788	3 038	3 287	3 112	3 179	3 235	3 077
	Médias Empresas	M EUR	4 505	4 493	4 876	5 317	5 758	5 005	5 146	5 564	6 181
	Grandes Empresas	M EUR	3 711	3 751	3 759	4 328	4 896	4 694	4 439	4 706	4 107
Produção	Total	M EUR	10 506	10 710	11 165	12 406	13 561	12 541	12 541	13 299	13 595
	Microempresas	M EUR	872	938	963	1 031	1 099	1 059	1 045	1 053	1 094
	Pequenas Empresas	M EUR	2 191	2 274	2 374	2 602	2 829	2 701	2 754	2 790	2 768
	Médias Empresas	M EUR	4 031	4 063	4 390	4 818	5 247	4 636	4 746	5 209	5 977
	Grandes Empresas	M EUR	3 412	3 435	3 438	3 912	4 386	4 145	3 997	4 247	3 757
VAB	Total	M EUR	2 545	2 576	2 576	2 738	2 849	2 898	2 867	2 716	2 580
	Microempresas	M EUR	254	274	280	289	298	310	289	265	258
	Pequenas Empresas	M EUR	563	589	619	657	694	705	707	667	601
	Médias Empresas	M EUR	900	866	889	935	981	966	959	892	961
	Grandes Empresas	M EUR	827	846	787	831	876	916	912	891	761

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2014b)

Tabela 19 Peso da Indústria Agroalimentar no Total da Economia (Em %)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de empresas	Total	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0
	Microempresas	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
	Pequenas Empresas	4,2	4,1	4,3	4,2	4,2	4,4	4,6	4,7	4,8
	Médias Empresas	5,4	5,4	5,2	5,4	5,3	5,2	5,3	5,5	5,7
	Grandes Empresas	4,5	4,4	4,3	4,4	4,1	4,1	4,1	4,2	4,1
Pessoal ao serviço	Total	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8	2,9	2,9	3,0
	Microempresas	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4
	Pequenas Empresas	4,4	4,3	4,4	4,3	4,3	4,6	4,8	4,8	4,9
	Médias Empresas	5,7	5,8	5,6	5,5	5,5	5,5	5,6	5,7	6,0
	Grandes Empresas	2,8	2,7	2,5	2,5	2,4	2,3	2,3	2,5	2,5
Volume de negócios	Total	3,9	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	3,9	4,2	4,5
	Microempresas	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,3	1,4	1,6
	Pequenas Empresas	3,7	3,8	3,7	3,5	3,6	3,8	3,8	3,9	3,9
	Médias Empresas	6,7	6,6	6,9	6,9	7,0	6,9	6,6	7,3	8,7
	Grandes Empresas	4,4	4,2	3,9	4,3	4,6	4,8	4,3	4,6	4,2
Produção	Total	5,1	5,0	5,0	5,1	5,3	5,4	5,1	5,6	6,1
	Microempresas	1,7	1,7	1,7	1,8	1,9	1,9	1,9	2,0	2,4
	Pequenas Empresas	5,1	5,2	5,1	4,7	4,9	5,2	5,3	5,4	5,7
	Médias Empresas	9,3	9,0	9,3	9,2	9,6	9,5	9,0	10,2	12,4
	Grandes Empresas	5,0	4,8	4,5	4,9	5,2	5,4	4,8	5,0	4,7
VAB	Total	3,3	3,3	3,1	3,1	3,1	3,3	3,2	3,3	3,4
	Microempresas	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4
	Pequenas Empresas	3,6	3,7	3,6	3,5	3,6	3,8	3,9	3,8	3,8
	Médias Empresas	5,9	5,6	5,5	5,2	5,3	5,6	5,2	5,4	6,2
	Grandes Empresas	3,3	3,4	3,0	2,9	3,1	3,2	3,1	3,2	2,9

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2014b)

Tabela 20 Peso da Indústria Agroalimentar no Total da Indústria Transformadora (Em %)

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de empresas	Total	12,5	12,9	13,4	13,5	13,8	14,2	14,6	14,8	15,2
	Microempresas	12,3	12,7	13,1	13,2	13,4	13,7	14,1	14,3	14,7
	Pequenas Empresas	13,9	13,9	15,1	15,2	15,7	16,7	17,6	18,0	17,9
	Médias Empresas	12,6	12,8	13,0	13,9	14,0	14,2	14,3	14,6	14,9
	Grandes Empresas	12,7	12,9	13,4	14,2	13,9	14,8	15,0	15,0	13,8
Pessoal ao serviço	Total	13,0	13,3	13,9	14,2	14,5	15,3	15,8	16,0	16,1
	Microempresas	14,1	14,5	15,0	15,3	15,7	16,1	16,5	16,7	17,2
	Pequenas Empresas	13,4	13,4	14,5	14,5	14,9	16,0	16,7	16,9	16,9
	Médias Empresas	13,2	13,5	13,8	13,9	14,3	14,8	15,1	15,1	15,6
	Grandes Empresas	11,0	11,3	11,8	12,4	13,2	14,0	14,6	15,1	14,6
Volume de negócios	Total	16,9	16,9	16,5	16,9	18,3	19,9	18,3	18,2	18,5
	Microempresas	16,4	18,1	18,5	17,8	19,5	20,3	19,6	18,7	19,7
	Pequenas Empresas	19,1	19,4	19,5	19,5	20,7	21,1	21,4	22,0	22,3
	Médias Empresas	21,9	21,3	21,5	21,4	22,6	22,9	21,6	22,6	26,0
	Grandes Empresas	12,6	12,4	11,4	12,5	13,9	16,9	14,0	13,4	11,7
Produção	Total	15,9	15,8	15,5	16,0	17,1	19,0	17,3	17,2	18,0
	Microempresas	15,8	16,9	17,6	17,1	18,7	19,4	19,2	18,7	19,5
	Pequenas Empresas	17,7	18,1	18,3	18,3	19,4	20,1	20,2	20,7	21,4
	Médias Empresas	20,9	20,6	20,7	20,6	21,8	22,8	21,1	22,2	26,0
	Grandes Empresas	11,8	11,5	10,7	11,5	12,6	15,5	12,8	12,3	11,1
VAB	Total	13,9	14,3	14,1	14,1	15,0	17,3	15,9	15,9	16,1
	Microempresas	14,4	14,9	15,7	15,3	15,9	17,3	16,2	16,3	16,9
	Pequenas Empresas	13,5	14,0	14,6	14,6	15,4	16,3	16,1	16,6	15,9
	Médias Empresas	16,0	15,8	15,7	15,1	15,9	17,5	16,5	16,1	18,0
	Grandes Empresas	12,3	13,0	12,0	12,1	13,7	17,8	15,1	15,1	14,0

Fonte: Elaboração própria com dados do INE (2014b)

Tabela 21 Clientes do Setor Agroalimentar

	2009		2010		2011		2012		2013	
	M EUR	% Total	M EUR	% Total	M EUR	% Total	M EUR	% Total	M EUR	% Total
TOTAL	3 607,1	100,00	3 996,7	100,00	4 519,1	100,00	4 790,8	100,00	5 119,8	100,00
Espanha	1 361,9	37,76	1 535,7	38,42	1 682,6	37,23	1 685,0	35,17	1 758,3	34,34
Angola	405,2	11,23	423,5	10,60	605,5	13,40	673,3	14,05	725,8	14,18
França	370,9	10,28	388,4	9,72	428,2	9,47	479,4	10,01	494,3	9,65
Brasil	149,0	4,13	220,6	5,52	256,1	5,67	288,2	6,02	309,9	6,05
Reino Unido	229,6	6,37	225,3	5,64	235,1	5,20	262,4	5,48	273,2	5,34
Países Baixos	145,1	4,02	171,4	4,29	160,6	3,55	175,9	3,67	190,3	3,72
Itália	135,5	3,76	135,5	3,39	153,1	3,39	146,3	3,05	168,9	3,30
Alemanha	121,3	3,36	123,3	3,09	127,1	2,81	141,6	2,96	123,7	2,42
Bélgica	97,5	2,70	101,6	2,54	101,6	2,25	110,6	2,31	115,1	2,25
EUA	78,1	2,16	87,3	2,18	90,5	2,00	98,5	2,06	110,3	2,15
Suiça	46,7	1,29	47,3	1,18	54,9	1,21	61,0	1,27	69,4	1,36
Canadá	45,6	1,26	53,0	1,33	53,7	1,19	58,3	1,22	60,4	1,18
Cabo Verde	50,6	1,40	56,8	1,42	64,6	1,43	59,7	1,25	60,3	1,18
Polónia	24,4	0,68	25,8	0,65	41,1	0,91	45,2	0,94	57,5	1,12
Rússia	16,1	0,45	20,0	0,50	20,6	0,46	20,9	0,44	48,3	0,94
Outros	329,6	9,14	381,2	9,54	443,8	9,82	484,5	10,11	554,1	10,82

Fonte: AICEP - Comércio Internacional Português do Setor Agroalimentar 2009-2014

Tabela 22 Fornecedores do Setor Agroalimentar

	2009		2010		2011		2012		2013	
	M EUR	% Total*	M EUR	% Total*	M EUR	% Total*	M EUR	% Total*	M EUR	% Total*
TOTAL	7 556,4	100,00	8 076,5	100,00	8 719,4	100,00	8 500,2	100,00	8 850,6	100,00
Espanha	3 412,2	45,16	3 709,8	45,93	3 882,9	44,53	3 835,9	45,13	4 120,5	46,56
França	788,5	10,43	789,5	9,78	774,2	8,88	726,3	8,54	767,5	8,67
Países Baixos	401,6	5,31	412,6	5,11	488,4	5,60	488,0	5,74	464,0	5,24
Brasil	309,9	4,10	362,8	4,49	388,1	4,45	390,6	4,59	449,3	5,08
Alemanha	418,1	5,53	401,5	4,97	414,7	4,76	404,4	4,76	378,6	4,28
EUA	94,0	1,24	162,0	2,01	240,8	2,76	154,6	1,82	189,5	2,14
Ucrânia	53,4	0,71	86,3	1,07	147,2	1,69	293,0	3,45	187,1	2,11
Suécia	99,7	1,32	175,5	2,17	218,5	2,51	200,8	2,36	184,0	2,08
Itália	183,2	2,42	181,9	2,25	187,0	2,14	163,5	1,92	177,9	2,01
Reino Unido	207,6	2,75	217,3	2,69	185,0	2,12	163,6	1,92	171,3	1,94
Bélgica	158,0	2,09	159,3	1,97	155,0	1,78	153,6	1,81	165,1	1,87
Bulgária	19,7	0,26	30,2	0,37	61,4	0,70	153,3	1,80	116,5	1,32
Dinamarca	93,4	1,24	103,9	1,29	89,5	1,03	80,1	0,94	101,5	1,15
China	63,9	0,85	85,3	1,06	95,9	1,10	90,7	1,07	97,5	1,10
Irlanda	104,5	1,38	95,7	1,19	77,4	0,89	65,1	0,77	61,7	0,70
Outros	1 148,6	15,20	1 102,8	13,65	1 313,5	15,06	1 136,8	13,37	1 218,6	13,77

Fonte: AICEP - Comércio Internacional Português do Setor Agroalimentar 2009-14

*Elaboração própria